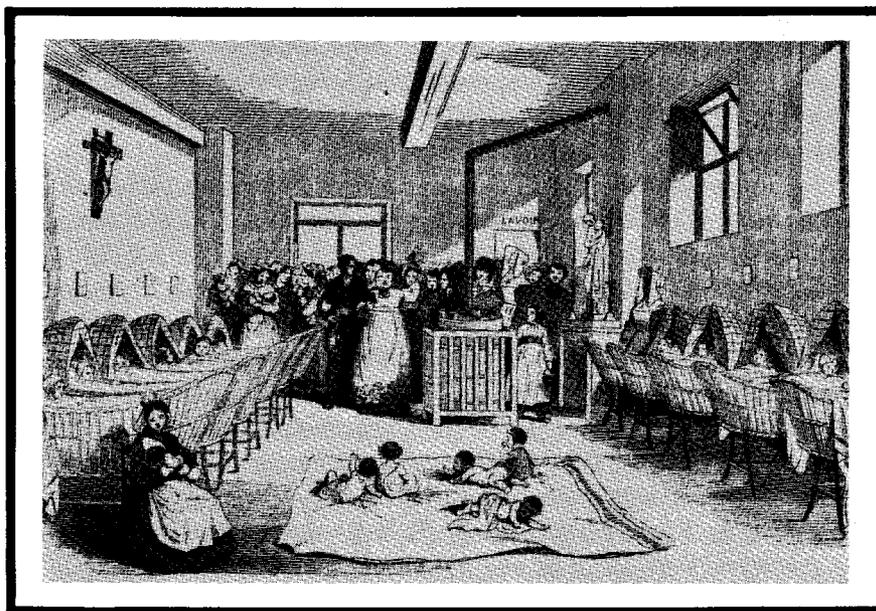


PROPOSTAS PARA O ATENDIMENTO EM CRECHES NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

HISTÓRICO DE UMA REALIDADE



Zilma de Moraes Ramos de Oliveira

Do Departamento de Metodologia do Ensino e Educação
Comparada da Faculdade de Educação/USP

Maria Clotilde Rossetti Ferreira

Do Departamento de Psicologia e Educação, Faculdade de
Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP

As autoras agradecem o auxílio do CNPq que possibilitou esta pesquisa. A segunda autora agradece do auxílio do INEP ao projeto amplo sobre "condições de atendimento e desenvolvimento de crianças em creche" no qual de, alguma forma, este estudo se insere.

RESUMO

O atendimento em creche de crianças de 0 a 6 anos, filhas de famílias de baixa renda nos principais centros urbanos do país, tem se expandido consideravelmente, necessitando ser avaliado em aspectos significativos para melhor direcionamento dos recursos envolvidos.

Estudo realizado junto à rede pública de creches do município de São Paulo teve por objetivo levantar o contexto histórico em que tem ocorrido este atendimento, destacando os fatores nele intervenientes, especialmente no que se refere às propostas elaboradas à nível central e à organização de creches de diferentes estruturas e formas de manutenção em seu trabalho junto às crianças.

A metodologia utilizada envolveu análise de documentos oficiais e de dados estatísticos, visitas a creches, entrevistas com diretores e com supervisores de creches.

Historicamente, observa-se mudanças na organização e na concepção de creche adotadas pelo poder público. Vários fatores responderiam por tais mudanças: aumento da urbanização, forma de participação feminina na população economicamente ativa, queda na qualidade de vida de grande extratos da população, características de movimentos populares, e especialmente, as políticas sociais das administrações.

As diferentes propostas de atendimento traçadas pelo Órgão Público podem ser discutidas quanto às condições para o desenvolvimento infantil que defendem.

SUMMARY

Daycare facilities for zero to six years old children of low income families in the main urban centres of the country have shown a considerable increase in recent years. A serious evaluation of its most relevant aspects is urgently required for redirecting the available resources. This study on the public network of daycare facilities in São Paulo investigated the historical content in which they were created, the various educational proposals designed by the governing bodies and the organization of daycare centres with diverse structures and means of support, in their work with the children.

The investigation involved the analysis of official documents and statistical data, as well as visiting some *creches*, and interviewing their directors and supervisors.

Historical changes were observed in the concep of daycare and in the organization of the *creches*, as implemented by the governing bodies. Various factors could be responsible for those changes: the migration to urban centres, trends in the participation of women in the economically active population, the decline of quality of life in large sections of the population, popular movements and, especially, the social policies put forward by the administrative bodies.

The various proposals for daycare suggested by the governing bodie can be discussed with respect to the condition of development that they support for the children.

INTRODUÇÃO

O atendimento em creches tem sido muitas vezes questionado como prejudicial ao desenvolvimento mental e sobretudo emocional da criança, por fugir ao modelo de cuidado materno, afetivo, individualizado e estável, preconizado como garantia do desenvolvimento sadio da criança durante os primeiros anos de vida.

É através da interação desde o nascimento com um adulto privilegiado, representado pela mãe na maioria das culturas, que a criança recebe a estimulação de que necessita para se desenvolver em todos os sentidos: físico, sensorial, afetivo, cognitivo, social. Nesse processo de interação recíproca, a criança se constroeu como sujeito e aprende os padrões, hábitos e valores próprios do grupo social em que a família está inserida. Essa interação individualizada, responsiva e estável favorece o estabelecimento entre a criança e a mãe de uma relação de apego, já no primeiro semestre de vida. Aos poucos, porém, a criança vai ampliando seu círculo de relações afetivas, incluindo o pai, os avós, os irmãos, os tios, os empregados, os vizinhos e outros. Em vários casos ocorrem ligações afetivas mais intensas com uma ou algumas dessas pessoas, sobretudo quando elas se mostram mais responsivas às crianças (Ferreira et al., 1984).

A maioria desses conhecimentos sobre desenvolvimento da criança advém de estudos feitos na Europa e nos Estados Unidos, com predominância de estudos ingleses e norte-americanos. Nessas sociedades industrializadas predominam a estrutura de família nuclear, constituída basicamente do pai, da mãe e de um a três filhos. A criança fica quase que exclusivamente a cargo da mãe, que conta em geral com pouco apoio no cuidado e educação do(a) filho(a).

A separação ou privação da mãe, como ocorre em instituições tais como creche e orfanato, foi e tem sido até agora proposta como causa de uma série de distúrbios físicos e mentais. Em uma extensa revisão sobre o assunto, Rutter (1972, 1979) questiona esse ponto de vista, mostrando que em várias das instituições estudadas as crianças eram submetidas a uma alimentação precária e inadequada, além de sofrerem privação não apenas da mãe mas também de estimulação sensorial, e de um cuidado individualizado e efetivo com outros adultos, dada a baixa razão adulto-criança e/ou à má qualidade do atendimento propiciado. Rutter (1979) propõe ser necessário considerar separadamente cada tipo de privação a que as crianças foram submetidas, e cada distúrbio que apresentam, antes de estabelecer possíveis relações de causa e efeito.

Estudos mais recentes sugerem que, quando o atendimento na creche é de boa qualidade, não há prejuízo para o desenvolvimento infantil, podendo haver inclusive vantagens, no caso da família viver em condições muito precárias (famílias de alto risco social nos termos de Ramey, 1981).

Estas posições têm sido acompanhadas de sérias discussões quanto às condições básicas que uma creche deveria apresentar para favorecer o desenvolvimento da criança. Na maioria dos países desenvolvidos, a creche é concebida como instituição que atende crianças de até 3 ou 4 anos de idade, possivelmente porque o atendimento

do pré-escolar de 4 a 6 anos já está inserido no sistema educacional mais amplo. No caso das creches brasileiras, estas atendem em geral a população entre 0 e 7 anos de idade.

Dessas discussões têm resultado, em alguns países como França e Inglaterra e em alguns estados dos Estados Unidos, a formulação de uma série de condições mínimas exigidas para o bom funcionamento de uma creche. A proposta educacional para a creche enquanto contexto de socialização diverso do familiar, entretanto, ainda permanece em debate.

No Brasil, o atendimento em creches de crianças de 0 a 6 anos, filhos de mães que trabalham fora de casa tem sido, cada vez mais, reivindicado pela população urbana. Vários fatores poderiam explicar o aumento desta reivindicação, especialmente entre a população de baixa renda.

Em primeiro lugar, merecem destaques as mudanças quantitativas e qualitativas da participação feminina na população economicamente ativa do país. Poggio (1980) aponta que, mais do que aumentar a taxa de participação feminina no mercado de trabalho, a industrialização, pela concentração espacial dos trabalhadores e pela contemporaneidade do trabalho, determina uma mudança qualitativa na forma como se dá aquela participação, evidenciando a contradição existente entre os "papéis tradicionais" atribuídos à mulher (como o de cuidar dos filhos) e as necessidades de produção. Com a industrialização, certos valores tiveram que ser modificados para se ajustarem às novas condições, desde que as possibilidades de integração da mulher na força de trabalho se relacionam com a capacidade do sistema econômico de lhe permitir a conciliação entre as tarefas produtivas e aquelas ditas improdutivas, ou seja, a atenção às tarefas domésticas. Mecanismos controladores da participação feminina nas tarefas produtivas são então acionados: a discriminação contra a mulher casada, o menor grau de instrução das mulheres, especialmente nas camadas sociais de baixa renda, e os menores salários recebidos pelas mulheres.

Tais mecanismos, todavia, têm sido cada vez mais combatidos nas últimas décadas, em especial nos grandes centros urbanos, onde valores modernizados são mais facilmente encontrados.

A própria transformação da economia e mesmo distorções nos sistema econômico, como a perda de valor de compra do salário mínimo, o aumento do desemprego em determinados setores afetando especialmente a mão-de-obra masculina, constituem os grandes responsáveis pela maior incorporação de parcelas da população feminina em certas áreas de mercado de trabalho.

Considerando o município de São Paulo, grandes modificações podem ser observadas, se tomarmos os últimos 40 anos para comparação. A população total do município passou de 1.326.621 habitantes em 1940 a 8.493.226 habitantes em 1980, (São Paulo (Estado) 1983b, p.113-4), um aumento de 540%, índice extremamente elevado, quando comparado com o aumento de 189% da população geral do Brasil no mesmo período (IBGE, 1984, p.141). A população economicamente ativa do município passou de 503.014 pessoas em 1940 para 3.783.742 pessoas em 1980, um aumento de 652%,



enquanto que a população economicamente ativa do Brasil aumentou 212% no mesmo período (São Paulo (Estado) 1983b, p. 113-4).

O grande crescimento populacional, especialmente de trabalhadores, deveu-se em grande parte aos contingentes de migrantes provenientes principalmente do Nordeste e do Sudeste, em busca de melhores condições de vida e de trabalho.

O ritmo acelerado da urbanização, o crescimento desordenado da cidade, a falta de extensão de serviços de infra-estrutura urbana aos diversos pontos do município, e também os reflexos do modelo de crescimento econômico adotado, no contexto de um capitalismo dependente e concentrador de riqueza, impediram todavia a realização dos ideais de melhoria da qualidade de vida, especialmente da população de baixa renda, cada vez mais majoritária no município. Daí que, em 1980, 45% da população do município vivia em favelas e cortiço (São Paulo (Estado) 1983b, p. 343), sendo que 11,66% das famílias tinham renda familiar de até 2 salários mínimos e 46,6% tinham na época rendimentos de até 5 salários mínimos (IBGE, 1980).

Em relação ao trabalho produtivo de mulheres, em 1940, 20,3% da população economicamente ativa do município era composta de mulheres, percentual este que foi crescendo e passando para 26,7 (1950), 30,1 (1970) e 34,7% (1980) (São Paulo (Estado) 1983b, p. 123).

Comparando a condição da mulher e do homem no mercado de trabalho, dois pontos podem ser destacados.

Primeiro, embora a economia do município de São Paulo esteja assentada nos setores secundário e terciário, onde em 1980, atuavam respectivamente 41,7% e 56,8% da população economicamente ativa, a cidade oferece aos homens oportunidades semelhantes de trabalhar em um ou outro destes setores (48,8% e 49,9%, respectivamente), enquanto que as mulheres estão predominantemente no setor terciário (69,5%) e, em menor número, no secundário (28,3%) (São Paulo (Estado), 1983b, p. 154, 156 e 158).

Segundo, a comparação dos rendimentos de homens e mulheres aponta nítida desvantagem feminina. Em 1980, 46,7% dos homens ganhavam até 3 salários mínimos e 68,7% recebiam até 5 salários mínimos, enquanto que 71,4% das mulheres tinham renda de até 3 salários mínimos e 84,8% recebiam até 5 salários mínimos (São Paulo (Estado), 1983b, p. 166 e 169).

Além de ocupar uma situação desvantajosa em relação ao homem trabalhador, a mulher tem ainda que resolver a questão das tarefas domésticas, especialmente a da guarda de seus filhos menores enquanto trabalha. O problema se agrava particularmente nos grandes centros urbanos e entre a população migrante que procura tais centros, pois nesta população verifica-se o desmembramento das famílias extensas características da zona rural e dos pequenos centros urbanos. Não tem assim a mãe o apoio de outros membros da família, como avós e tios, para ajudar a cuidar de seus filhos enquanto trabalha.

Em 1977, 14,5% das famílias da região metropolitana de São Paulo eram chefiadas por mulheres (IBGE, 1979, p. 92), o que configura outro possível indicador da necessidade de ajuda para cuidado dos filhos.

Na dificuldade em obter ajuda familiar ou comunitária, as mães passaram a pressionar o Poder Público e empresas privadas, autarquias, etc., para organizar e manter creches, as quais têm surgido como uma das formas possíveis de cuidado materno complementar.

As poucas conquistas trabalhistas obtidas com relação ao problema e expressas na C.L.T. dizem respeito apenas a um berçário onde possam permanecer os filhos das trabalhadoras durante a amamentação, sendo que mesmo assim não tem sido em geral cumpridas. São raras as empresas que obedecem aquela lei e proporcionam vagas em berçários e creches para filhos de suas operárias. Chamado a cumprir um papel fiscalizador do cumprimento da lei, não tem o Poder Público efetivado este controle.

A nível municipal, todavia, é que as pressões por guarda e educação de crianças cujas mães trabalham fora de casa têm sido exercido mais fortemente, sofrendo esta modalidade de atendimento inúmeras modificações no decorrer destes anos.

O histórico da reivindicação da população por creches tem demonstrado que, nos grandes centros urbanos brasileiros, onde movimentos populares são mais atuantes como mecanismos de pressão política, aquela reivindicação tem se intensificado nos últimos anos e adquirido conotações novas, saindo da postura de aceitação do paternalismo estatal ou empresarial e exigindo a creche como direito do trabalhador.

Para propiciar efetiva contribuição para melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda, há necessidade destas creches se transformarem em instituições realmente promotoras de desenvolvimento infantil. Esta atuação se daria através da alimentação que as crianças recebem na creche e que minimizaria ou mesmo recuperaria desastrosos efeitos de desnutrição, e através do cuidado físico e dos contatos que estabelecem com outros adultos e com as outras crianças na creche, contatos estes que favorecem seu desenvolvimento lingüístico, cognitivo e sócio-emocional.

Embora oferecendo vagas em número insuficiente para atender a elevada demanda por creches, o esforço do Estado em propiciar este tipo de atendimento tem aumentado, quer na forma direta, assumindo os encargos de construção, organização e gestão de creches públicas, quer pelo aumento das contribuições que faz a organismos particulares que tomaram tal iniciativa.

A intensificação deste tipo de solução ao problema do cuidado materno complementar e da estimulação a crianças criadas em ambientes familiares desprivilegiados, está a exigir, por parte de pesquisadores em Psicologia, Educação, e áreas afins, subsídios para garantir um bom atendimento nestas creches.

Pontos importantes de investigação referem-se à filosofia dos dirigentes e dos funcionários da creche, seus objetivos, sua prática, a concepção de criança que permeia a atuação de seus funcionários, os quais podem ser pensados como elementos que influenciam e são influenciados pela estrutura organizacional das creches. Esta complexa rede de influências merece ser detectada com relação ao comportamento das pajens, aos cuidados ministrados às crianças, ao tipo de interação que se estabelece entre pajem e criança, e o tipo de interação que as crianças mantêm entre si. Também é importante a análise da dinâmica de tomada de decisões na creche, a autonomia e poder da diretora, da pajem, da professora, da família.

Ao lado destas questões, a análise de cada instituição-creche ganha maior significado quando inserida em um contexto social mais amplo, onde condições historicamente determinadas afetam a forma de organização da sociedade e das diferentes instituições que dela fazem parte.

Os dados coletados através de observações e de entrevistas em pesquisas realizadas na região de Ribeirão Preto¹, evidenciam a pobreza de contatos entre adultos e crianças nas creches e a precariedade das condições de atendimento nelas existentes. As crianças são reunidas em grupos de 10 a 55, ao redor de uma pajem sem preparo e mal remunerada, trabalhando de 10 a 11 horas diárias. Esta prevê principalmente cuidado físico às crianças, brincando raramente e criando poucas oportunidades para desenvolvimento da linguagem e das atividades exploratórias da criança (Ferreira, 1981).

Avaliações nutricionais e psicológicas das crianças das creches estudadas parecem indicar que a creche apenas reproduz a precariedade das condições que estas crianças já enfrentam em casa, não favorecendo nem prejudicando seu desenvolvimento físico e psicomotor (Rubiano e Ferreira, 1985, a, b, c).

Paralelamente a estas investigações, foram feitas algumas tentativas no sentido de modificar aquelas condições de atendimento, especialmente através de programas de capacitação profissional de pajens, de trabalho junto à diretoria das creches, de trabalho das pesquisadoras enquanto profissional contratadas nas creches ou trabalhando na equipe de supervisão mantida pela Legião Brasileira de Assistência, responsável em parte pela manutenção das creches. Tais tentativas entretanto em geral fracassaram, não produzindo as modificações esperadas. Em parte, a estrutura rígida e autoritária das creches, pautada em determinadas filosofias de atendimento que configuravam uma concepção filantrópica e assistencial da função da creche, impediram a ocorrência das mudanças desejadas. Segundo o pessoal que nelas trabalha, a creche é um favor à família, uma possibilidade dada àquelas crianças para não se tornarem futuros marginais (Picolo, 1983). Por outro lado, a relação do pessoal da creche com equipes que trazem uma assessoria para seu

trabalho, mas que por outro lado exercem uma fiscalização sobre o mesmo, não se faz sem conflitos. Medos e resistências constituem mecanismos comuns nestas situações, prejudicando o trabalho e a efetivação de melhorias.

A elaboração de propostas para as creches tem partido em geral da concepção filantrópica que elas adotam para seu atendimento, a qual valoriza apenas a área nutricional e de higiene em enfoque médico-assistencial. Maior ênfase é dada às atitudes de obediência, colaboração e auto-suficiência quanto a atividades de cuidado básico como alimentação e higiene, do que as de independência e questionamento. Mais recentemente tem sido super-enfatizada a necessidade da creche atuar como uma pré-escola, o que tem levado a uma busca de preparo para a alfabetização entendido na forma limitada de treino motor por exercícios de grafismo. Estes objetivos da creche ainda se acham extremamente confusos para os que nelas trabalham.

Os dados levantados em Ribeirão Preto nos levaram a propor novo projeto que buscou desenvolver uma análise de creches com diferentes tipos de estrutura e formas de manutenção, que atendem crianças de até 6 anos, filhos de famílias de baixo nível sócio-econômico no município de São Paulo. As creches analisadas estavam ligadas às Secretarias da Família e Bem Estar Social do Município (FABES), uma das treze agências que, segundo Rosemberg (1984), estariam regulamentando e/ou atendendo crianças de 0 a 6 anos no município.

A escolha de um município com o porte de São Paulo serviria para ampliar a compreensão do problema do atendimento em creches daquela população de crianças. Procuramos desenvolver um estudo capaz de captar o acelerado grau de influências e mudanças, reflexo de um momento histórico crítico, com agudas questões sociais e fortes questionamento das instituições e organismos oficiais com suas políticas de atuação. Tivemos assim estímulo para um levantamento histórico do problema. A análise pretendida deveria também investigar a forma como o pessoal da creche percebia seu trabalho.

Foram escolhidas três creches ligadas à Secretaria da Família e Bem Estar Social em São Paulo: uma creche direta (construída, gerida e mantida pelo Estado), uma creche indireta (construída e mantida pelo Estado, mas gerida por entidade particular) e uma creche conveniada (subvencionada pelo Estado mas gerida por entidades particulares em prédio e instalações de sua responsabilidade). As três creches estudadas localizam-se em uma mesma região da cidade, e atendem a uma população de nível sócio-econômico semelhante.

Realizamos visitas às creches para levantamento do espaço físico e de suas instalações e para observação das atividades nelas realizadas com as crianças. Fizemos ainda entrevistas com as dirigentes das creches e com a supervisora das mesmas.

¹ O presente projeto integra um conjunto de pesquisas sobre "Condições de atendimento e desenvolvimento de crianças em creches que atendem a famílias de baixo renda" coordenado pela Profa. Dra. Maria Clotilde Rossetti Ferreira, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, que tem investigado as condições de desenvolvimento de crianças em 9 creches da região de Ribeirão Preto.

A análise dos dados das três creches foi acompanhada de levantamentos estatísticos e estudo de documentos oficiais relativos à rede de creches. Eles possibilitaram o traçado de um histórico do atendimento de crianças em creches no município e do aparecimento e evolução da própria rede pública de creches, com especial destaque para as propostas pedagógicas surgidas desde a implantação desta rede. Os dados históricos propiciaram uma compreensão de como a creche se insere em um contexto social mais abrangente, onde inclusive conceitos sobre educação infantil vão surgindo e sendo modificados e também apontaram os possíveis efeitos sobre a instituição creche do conjunto de políticas públicas implementadas no período de 1969-1984.

A crítica das orientações oficiais e, em especial, o levantamento descritivo das condições de funcionamento das creches, condições estas discutidas à luz da literatura a cerca do desenvolvimento de crianças na faixa de 0 a 6 anos, trouxeram elementos para a proposição de condições mínimas necessárias a um atendimento promotor do desenvolvimento infantil em creches.

Todavia, os parâmetros trazidos pela Psicologia, se bem que indispensáveis para orientar um programa educativo junto às crianças, devem ser tomados em conjunto com proposições que consideram o papel político do atendimento propiciado. Isto é importante para não supervalorizar o peso das condições de desenvolvimento na reversão de parte das condições desfavoráveis de vida a que estão sujeitos grande número de indivíduos, em uma sociedade de classes com interesses antagônicos e com desigualdade na distribuição da renda e de outros benefícios socialmente produzidos pelo trabalho.



HISTÓRICO DO ATENDIMENTO EM CRECHES NO MUNICÍPIO

Para uma compreensão inicial do atendimento à criança em creches, temos que considerar vários pontos: o grande crescimento populacional ocorrido em São Paulo, aliado à expansão da industrialização e do setor de serviços, a participação da mão-de-obra feminina na população economicamente ativa do município, o crescimento significativo do percentual da população de baixa renda nos últimos anos, com suas dificuldades para alcançar uma qualidade mínima de vida.

A dinâmica apresentada pela complexidade dos índices estatísticos traduz parte do intrincado conjunto de fatores envolvidos na questão das creches.

Até 1920, o atendimento a crianças em creches, asilos e orfanatos era exclusivamente filantrópico e destinava-se basicamente a filhos de mães solteiras que não tinham condições de ficar com eles. Eram os abandonados os que precisavam de atendimento fora da família. Para recebê-los havia, por exemplo, a "roda dos enjeitados" instituída em 1824 junto à Santa Casa de Misericórdia, a fim de dar melhor solução ao abandono de crianças diante de casas particulares, como a do Bispo D. Mateus de Abreu Pereira (Bruno, 1984, vol. 1, p. 349). Estas crianças eram confiadas a famílias pobres de lavradores que viviam no distrito de Santo Amaro, sendo este um dos poucos trabalhos de Assistência Social existentes na época (Bruno, 1984, vol. 2, p. 725).

O crescimento do operariado urbano, e especialmente a influência de imigrantes europeus nos movimentos operários da primeira metade deste século, trouxeram novos elementos à questão do atendimento de crianças em creches em São Paulo.

Os trinta últimos anos do século XIX foram marcados por intenso aumento das correntes migratórias provenientes sobretudo da Europa. Entre 1866 e 1888, entraram no país 131.268 imigrantes, dos quais 92.000 vieram para São Paulo (São Paulo (Estado), 1983a). Assim, italianos, espanhóis e no início deste século, portugueses e japoneses, chegaram ao Brasil, indo em sua maior parte, trabalhar nas lavouras de café do interior do Estado de São Paulo, substituindo a mão-de-obra escrava. Muitos destes imigrantes contudo, preferiram deixar a lavoura e ir trabalhar em São Paulo, em geral em ofícios que exigiam algum tipo de qualificação. Chegando de países onde a industrialização já estava mais desenvolvida, especialmente os imigrantes italianos e espanhóis estavam, de certa forma, mais preparados para ocupar empregos nas indústrias que então se instalavam na cidade.

A industrialização criou assim oportunidade para um novo tipo de trabalhador: mais qualificado e também mais politizado pelo contato com movimentos de reivindicação operária que ocorriam na Europa e nos EUA. Ela abriu ainda as portas para a incorporação da mão-de-obra feminina nas fábricas, exigindo longas jornadas de trabalho das mulheres.

Na década de 20, operários de indústrias paulistas, reivindicando uma série de vantagens, protestavam contra as precárias condições de vida e de trabalho a que se achavam submetidos: jornadas excessivas, insalubridade, inexistência de assistência médica, habitações precárias, infra-estrutura sanitária ausente, etc. Dentre outras reivindicações, surgia a da creche para filhos de trabalhadores.

No decorrer das lutas operárias deste período (1910-1930) as relações entre patrões e empregados foram se alterando. Enquanto alguns senhores de indústria recusavam-se a ceder às exigências dos trabalhadores, adotando um relacionamento autoritário com os operários, semelhante àquele presente nas relações do senhor de terras e lavradores, outros empresários, de mentalidade mais aberta, adotavam posição de atendimento a algumas das reivindicações dos trabalhadores.

A política do empresariado de repressão aos movimentos operários vai se modificando e, dentre outras iniciativas, vão sendo criadas vilas operárias, clubes esportivos e também escolas maternais e creches para filhos de operários. Segundo Pinheiro e Hall (1981) estas propostas, apesar de envolvidas na preocupação tutelar e protetora tradicional, já deixavam entrever um lento processo de modificação no tratamento das classes trabalhadoras.

Alguns empresários, inclusive, percebiam que o fato do filho da operária estar sendo atendido em creches ou escolas maternais montadas pela fábrica trazia vantagens para a produção desta na fábrica, como discute a circular do Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de 7/5/1924 (Pinheiro e Hall, 1981, p. 212). Tais creches, todavia, eram em pequeno número.

A partir de 1930, observam-se os reflexos do desenvolvimento de uma nova política social no país. Gomes (1982), considerando a política social do primeiro governo Vargas, coloca que uma série de políticas públicas seria o resultado de ações e reações de interesses distintos, envolvendo conjuntamente a burguesia, os trabalhadores e também o Estado. Este último vai cumprir importante papel na regulamentação das relações entre patrões e empregados, entre capital e trabalho. A manutenção da ordem social pelo Estado adotava então uma estratégia combinada da repressão e de concessões no terreno da legislação social que atendessem reivindicações dos trabalhadores.

Cada vez mais o Poder Público é chamado a regulamentar a questão do atendimento de crianças pequenas em creches e em pré-escolas. Já em 1925 foi promulgado decreto estadual que regulamentava as "escolas maternais". Esse passo foi seguido de outros que levaram o Governo a responsabilizar-se em parte por aquele atendimento.

As primeiras pré-escolas estaduais, criadas a partir do final do século passado, contudo, não se voltaram para o atendimento prioritário da população pobre ou dos filhos dos operários. Ao contrário, as primeiras classes de pré-escola na cidade, criadas na Escola americana (atual Instituto Mackenzie) em 1877 e na Escola Caetano de Campos (a primeira pré-escola pública no município) em 1896, eram freqüentadas por crianças de algumas das famílias mais ricas da cidade. Apenas mais tarde surgem as oportunidades para as crianças mais pobres nas classes que cuidavam da faixa do pré-escolar.

Para atender os filhos de trabalhadores foram criados, em 1935, os primeiros parques infantis municipais em bairros de grande concentração de operários. Estes parques funcionavam 10-12 horas diárias e eram ligados ao Serviço Municipal de Jogos e Recreios, logo transformado em Serviço de Parques Infantis, anexo ao Departamento de Cultura e Recreação.

Os parques infantis municipais davam atendimento recreativo-médico-assistencial a crianças de 3 a 12 anos, enquanto que as classes de pré-escola para os filhos de elite social já adotavam uma ênfase pedagógica, segundo orientação de educadores europeus como Pestalozzi e Froebel, entre outros.

Por aproximadamente trinta anos, o esquema básico de atendimento às crianças de famílias de baixa renda

cujas mães trabalhavam fora de casa era constituído por algumas creches mantidas por entidades filantrópicas, porque infantis que davam atendimento em período integral e, apenas no final deste período poucas classes de pré-escola estadual em período parcial de atendimento.

A rede pública de creches no município de São Paulo é ligada à Secretaria da Família e Bem Estar Social (FABES)², que tem sua origem no Serviço de Assistência Social ligado ao Gabinete do Prefeito. Tal Serviço foi estruturado na década de 50 para organizar as doações feitas a indivíduos carentes e a entidades filantrópicas.

Já nesta época, tanto a nível do Estado quanto do Município, muitas entidades filantrópicas recebiam ajuda governamental para desenvolver suas obras. Além do Poder Público ter assim a possibilidade de também aparecer como benemérito, podendo ser visto pela população como preocupado com os problemas dos cidadãos mais pobres, a ajuda governamental poderia ser analisada como tendo outros interesses políticos. Como as diretorias das entidades que recebiam doações em geral compunham-se de pessoas da mesma camada social do grupo no poder, a ajuda pública a tais entidades servia para fortalecer alianças dentro da camada dominante.

Inicialmente, a ajuda pública era restrita. Em 1962, por exemplo, era subvencionada a manutenção pelo governo municipal de apenas 100 crianças. Todavia, este serviço de assistência social foi crescendo. Como eram várias as entidades ligadas de alguma forma ao poder público estadual e municipal, e com várias modalidades de atendimento, foi decidido, por volta de 1963, a nível governamental, que o Estado cuidaria dos internatos e o Município dos semi-internatos.

Em 1966, na gestão Faria Lima, foi criada a Secretaria do Bem-Estar Social (SEBES) para cuidar das creches e de outros Serviços Sociais no Município. Inicialmente, foram estabelecidos convênios de assistência financeira com 13 entidades sociais que mantinham creches, a fim de possibilitar aumento de atendimento. Estudos para a criação de uma rede de creches da própria municipalidade foram paralelamente realizados.

As primeiras creches municipais logo depois organizadas (9 em 1967 e 7 nos dois anos seguintes), foram construídas pela Prefeitura, que cuidou ainda de garantir parte de sua manutenção, mas foram assumidas por entidades particulares para seu gerenciamento. A orientação do trabalho junto às crianças em cada uma destas creches ficava por conta de cada entidade.

Em 1968, iniciou-se uma tentativa da Secretaria de dar orientação técnica às creches, focalizando aspectos administrativos que garantissem adequado emprego dos recursos financeiros recebidos. Tal tentativa, entretanto, foi dificultada pelos dirigentes das entidades que iam eles mesmos receber a orientação, impedindo o comparecimento dos administradores das creches sob suas responsabilidades. Assim, desde o início já se observava o conflito da supervisão exercida pelo organismo oficial com as entidades privadas, de filosofia e características pró-

² Como a referida Secretaria teve sua denominação alterada três vezes desde que foi criada, ela será designada neste trabalho como "Secretaria".

prias e diferentes uma das outras, com as quais o Poder Municipal mantinha convênio, para juntos trabalharem no atendimento ao menor.

Logo em 1969, por desentendimento havidos com a entidade mantenedora da creche de Guaianases, a Secretaria assumiu também a administração daquela creche, que se tornou a primeira creche direta municipal.

A experiência com a gerência desta creche deu aos técnicos da Secretaria elementos para organizar uma programação de atividades junto às crianças na creche, que subsidiaria também uma assessoria técnica, sob forma de treinamento de pessoal, a todas as demais creches ligadas àquela Secretaria. Implementava-se então uma assessoria técnico-pedagógica ao lado da assessoria técnico-administrativa às creches. Foram assim criadas equipes multiprofissionais encarregadas de dar assessoria às creches, denominadas de Centros Infantis, elaborando programações para o trabalho junto às crianças e famílias e realizando treinamento de pessoal, além de supervisionar de perto a implantação das programações nas creches.

Ao mesmo tempo, desenvolvia-se uma política expansionista na Secretaria. A meta era implantar até 1974, 130 Centros Infantis que atenderiam a 6% da demanda estimada. Este atendimento se faria em Centros com capacidade para 120-180 crianças ou 250-300 crianças, em regime de semi-internato e também de externato. A política de expansão implementada foi, entretanto, insuficiente para alcançar as ambiciosas metas quantitativas anteriormente traçadas. Assim, em 1973, a rede total consistia de 38 creches particulares, 12 de administração indireta e 5 de administração direta.

A expansão da rede de creches se fazia de forma precária, não atendendo à demanda por este tipo de serviço, em parte devido ao custo do mesmo e à dificuldade de encontrar entidades com suporte financeiro para assumir uma creche, dado que a política da época era de conveniar creches, e em parte pela existência de uma política municipal que não priorizava efetivamente a creche e demais áreas sociais.

Nova ênfase foi então defendida com busca de novas alternativas de atuação que possibilitassem expansão do atendimento. Visando estimular a iniciativa da comunidade para novas propostas de atendimento ao menor, que não apenas a creche, em novembro de 1973 foi traçada uma "Ação Integradora" a qual envolvia convênios de assistência técnica e financeira com entidades particulares que desenvolvessem programas junto à infância e à família. Um serviço então dinamizado foi o de "segundas-mães" (mães-crecheiras) no qual era distribuída uma determinada verba a mães da comunidade para cuidarem durante o dia de duas ou três crianças da vizinhança, além das suas. A ausência de avaliações sistemáticas impedem uma avaliação da experiência. Técnicos da Secretaria afirmam que, em alguns locais, a experiência teria sido bem sucedida. Em outros ela encontrou vários tipos de dificuldade. Uma destas foi a necessidade de controle para que a verba para alimentação fornecida fosse aplicada apenas na alimentação das crianças, dado que muitas vezes o estado de fome de um grupo familiar ou de vizinhança, provocava o uso daquela verba também para a alimentação de outras crianças e adultos.



A experiência da mãe-crecheira, forma espontânea muitas vezes criada pela população para atender suas crianças e mães é criticável quando se configura numa política oficial de atendimento. Além de ser mais cara que o sistema creche e de levantar a questão de supervisão das mães, acaba ainda se constituindo em outra forma de exploração do trabalho feminino.

Em 1975, a Ação Integradora trabalhava com 38 entidades sociais, sendo 8 delas não-conveniadas, atendendo 4.388 crianças e 1.571 famílias, enquanto que o sistema creche atendia 5.399 crianças. Tal Ação começou a ser desativada e, em 1976, os convênios firmados pela Ação Integradora foram se transformando em convênios tipo creche. Nesta época surgiu também o projeto de minicreches, unidades para atender até 60 crianças, alternativa vantajosa para pequenas entidades da periferia e possivelmente também para as crianças, pois evitaria a rígida institucionalização observada na creche grande.

As metas da Secretaria, em 1976, eram: diminuição do número de crianças nas creches diretas, aumento de creches indiretas e estabelecimento de convênios com entidades que atendiam crianças em regime de externato. Com um orçamento insuficiente para responder aos crescentes problemas de demanda por creches pela população de baixa renda, adotava aquela Secretaria uma política de barateamento de custos, que terminou por prejudicar o atendimento realizado, provocando desânimo e desorientação nos supervisores do trabalho junto às crianças. Tais supervisores tinham dificuldades para analisar, propor, fazer executar, e avaliar o trabalho nas creches. Também o caráter diversificado e não-sistemático dos atendimentos não-creche impedia um controle e uma avaliação satisfatória dos mesmos. Neste período, a expansão da rede de creche sofre uma retração.

Em 1977, a Secretaria de Bem-Estar Social do Município (SEBES) foi transformada em Coordenadoria do Bem-Estar Social (COBES) até 1982, quando novamente toma a estrutura de Secretaria, passando a denominar-se Secretaria da Família e do Bem-Estar Social (FABES).

Dados oficiais, que podem ser considerados imprecisos, apontam que, em 1979, a rede municipal de creches compunha-se de 4 creches diretas atendendo 1.089 crianças, 21 creches indiretas atendendo 5.015 crianças e 95 creches particulares conveniadas atendendo 14.574 crianças. Todos estes três tipos de creches estavam, em conjunto, com o dobro de sua capacidade teórica de lotação, ou seja, as 120 creches apresentavam capacidade para atender 10.621 crianças e tinham matriculadas 20.678 crianças.

Enquanto isto, o aumento da demanda por vagas nas pré-escolas públicas, especialmente na década de 1970, cobradas pela população mais pobre como oportunidade de estimulação a que seus filhos tinham direito, acabou por trazer modificações no atendimento realizado nas pré-escolas que terminaram por afetar o trabalho das creches.

A partir de 1972, o atendimento nos parques infantis municipais passou a se restringir apenas às crianças entre 3 a 6 anos, não mais recebendo as crianças de até 12 anos. Em 1975, os Parques Infantis passaram a ser denominados Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI's), dentro de uma política de adoção, pelo menos a nível de discurso, de um enfoque mais educacional e não apenas assistencial-nutricional e recreativo, presente nos períodos anteriores. As Escolas Municipais de Educação Infantil, buscando receber o maior número de alunos, não priorizaram nesta época o atendimento em período integral reivindicado pelas mães trabalhadoras, sendo o atendimento feito principalmente em período parcial. Tais modificações alteraram o caráter que até então tinham os parques infantis. Dificultando o atendimento em período integral e se propondo a desempenhar funções educacionais com profissionais especializados, terminaram as pré-escolas municipais por elitizar seu atendimento, descomprometendo-se de uma atuação junto às crianças mais carentes. Tendo pouca possibilidade de conseguir atendimento em período integral para seus filhos nas pré-escolas públicas, as mães de crianças de 4 a 6 anos buscaram matriculá-las nas creches, que já sofriam pressão por vagas das mães de crianças menores (de 0 a 3 anos).

A expansão da rede de creches, intensificada a partir de 1980, ligou-se à complexa pressão dos movimentos populares mais fortes em determinadas regiões da periferia (Movimento de Luta por Creches, a Pastoral do Menor, além das Sociedades Amigos de Bairros) gerando um crescimento com critérios variados para o atendimento. Correspondendo a um período pré-eleitoral, quando se restabeleciam eleições diretas para governador, suspensas durante muitos anos, recebia mais creches quem pressionasse mais, o que nem sempre correspondia às populações mais necessitadas deste serviço.

O Movimento de Luta por Creches foi criado por parcelas da população, sendo atuante no município especialmente no período de 1978 a 1982, perdendo grande parte de sua força reivindicatória após as eleições de 1982. Ele teve importante papel na pressão por expansão da vagas em creches, defendendo o direito à creche e apontando a necessidade da Sociedade, através do Estado, assumir o encargo de atender os filhos dos trabalhadores.

Inspirado inicialmente nos movimentos feministas preocupados com a liberação da mulher das tarefas domésticas para o trabalho, para atividades de crescimento pessoal e para uma maior participação política na sociedade, o Movimento de Luta por Creches terminou afastando-se daquelas colocações iniciais, pressionado pelas questões mais básicas enfrentadas pelas mulheres de baixa renda, que se intensificaram no período de grave crise econômica: desemprego, baixos salários, falta de atendimento em escolas, hospitais e inclusive em creches.

Retomando dados sobre a expansão da rede de creches, de 1973 a 1980, as Administrações Municipais não deram ênfase à construção de novas creches, privilegiando o estabelecimento de convênios com entidades particulares. Em 1979, a rede direta respondia por apenas 6,6% das vagas em creches. Atendendo reivindicações populares encabeçadas pelo Movimento de Luta por Creches, de 1980 a 1982 foram construídas 120 creches pela Prefeitura (São Paulo (Estado), 1983) que, inclusive, adotou a gestão direta da maioria delas. A intensificação destas construções e a inauguração das creches, com nítido propósito eleitoreiro, induziu muitas vezes, a construção de prédios impróprios ao funcionamento, os quais tiveram que ser reformados antes de serem postos em uso. A gestão direta possibilitava ainda a contratação de pessoal segundo critérios clientelistas.

A expansão quantitativa continuou em 1983, quando novo partido político assumiu o poder municipal. Segundo os dados oficiais, em dois anos, de março de 1982 a março de 1984, dobrou o número de creches diretas, que passaram de 96 para 195 (aumento de 103%), crescendo 231% o número de crianças atendidas (que passou de 6.360 para 21.066) (São Paulo (cidade) 1984).

O número de creches indiretas cresceu de 22 para 41 neste período (aumento de 86%), mas com menor expansão no número de matrículas (de 2.897 para 5.482, um aumento de 89,7%).

Já as creches particulares conveniadas cresceram em menor número (27%), passando de 130 para 157, o que resultou em um aumento de matrículas de apenas 15% (de 11.218 para 12.936 crianças).

Em resumo, nestes dois anos, o número total de creches cresceu 58% e o de matrículas nos três tipos de creches aumentou 92%.

O exame da relação das entidades que estabelecem convênios com a Secretaria revela que não apenas entidades religiosas estabeleciam tais convênios, tendo-se observado, nos últimos anos, um aumento no número de Sociedade Amigos de Bairros que se responsabilizavam frente à Secretaria pela administração das creches.

As discussões referentes ao direito da população e o dever do Poder Público em relação ao atendimento da criança de 0 a 6 anos; travadas nos debates na Comissão Especial de Investigação sobre Creches da Câmara Municipal de São Paulo em 1983, levantaram pontos acerca das responsabilidades da Secretaria da Família e Bem-Estar Social e da Secretaria de Educação pelo atendimento. Possibilitaram ainda a reflexões sobre o papel do Estado diante de sua política de convênio com entidades particulares para o atendimento em creches, defendida pela nova Administração Municipal.

O principal argumento da Secretaria a favor do convênio refere-se ao alto custo da creche direta, que leva ao atendimento apenas de parte da demanda. Na realidade, em 1984, considerando a população de 0 a 6 anos na faixa de rendimento familiar de até 5 salários mínimos, tinha-se uma estimativa de demanda por creches de 694.754, sendo que apenas 5,9% ou seja, 40.961 crianças, estavam sendo atendidas (São Paulo (cidade) 1984c).

Este número de atendimentos poderia ser acresci-

do das 47.626 crianças de 4 a 6 anos que estavam sendo atendidas em período integral (8 a 12 horas diárias) nas pré-escolas municipais (EMEs) em 1984, dentro da nova política da Secretaria Municipal de Educação de reativar o período integral para atender as mães que trabalham (São Paulo (cidade) 1984b).

Eram portanto 88.587 crianças de 0 a 6 anos atendidas em período integral nas creches e pré-escolas municipais. Todavia, a existência de um atendimento a apenas parte da demanda não basta para explicar a política de conveniamento. Evidentemente a questão é mais polêmica do que tem sido apresentada pelo Órgão Público. Refere-se a novas concepções acerca da relação Estado e Sociedade, que adquirem, no presente momento, conotações dinâmicas as quais prenunciam possibilidades de transformações na sociedade brasileira.

De qualquer forma, há necessidade atual de maior número de vagas. E não apenas disto, há necessidade de um projeto político de promoção da criança, que busque propiciar-lhe condições para participar da luta por uma sociedade mais justa. Tal projeto envolveria, de partida, a melhoria das condições de atendimento das crianças nas creches, além de outras medidas fundamentais tomadas no conjunto da organização social.

ANÁLISE DAS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS ELABORADAS PARA AS CRECHES

A análise das propostas pedagógicas, traçadas a nível central para orientar o trabalho nas creches, feita a partir dos documentos elaborados pela Secretaria em 1972, 1974, 1976 e 1979³, procurou verificar concepções de creche, de criança, de desenvolvimento infantil, de educação de crianças da faixa de 0 a 6 anos, nelas existentes.

Tal análise possibilitou quando contextualizada no conjunto de políticas adotadas pela Secretaria nos últimos 15 anos, acompanhar a forma como foram enfrentadas as questões de quantidade e qualidade de atendimento e do papel da supervisão a nível central junto às creches. Como as propostas elaboradas chegavam às creches através dos supervisores, serão discutidas em conjunto as propostas e a supervisão.

A decisão de realizar um sistema de supervisão às creches com as quais a Prefeitura mantinha convênios, surgiu em 1969, três anos após o estabelecimento dos primeiros convênios. Tal decisão ligava-se à criação da primeira creche direta municipal. Até então, era reali-



zada apenas uma assessoria administrativa-financeira, conforme foi comentado na parte anterior. A supervisão, estendida à creche direta e às conveniadas, garantiria a qualidade do atendimento realizado e o controle das verbas recebidas.

Até então, a filantropia, o assistencialismo, regiam o trabalho nas creches, voltado para um atendimento de tipo custodial ou para preocupações regidas pelo que pode ser chamado de "modelo médico" de atendimento: alimentação e higiene.

Como forma de implantar nova orientação ao trabalho realizado, desta vez de cunho mais educacional, procurou a Secretaria, em 1971, constituir uma equipe multiprofissional (um assistente social, um psicólogo, um pedagogo, um orientador musical, uma enfermeira e uma nutricionista para elaborar uma programação para as creches. Tal equipe formulou o projeto "Centro Infantis", para atender crianças de 0 - 3 anos e de 3 - 6 anos, supletivamente, pertencentes às camadas de baixo nível sócio-econômico, no sentido de suprir as suas carências físico-culturais, bem como orientar a própria família para um ajustamento às condições de vida urbana na metrópole (São Paulo (cidade) 1972, p. 4).

Definindo uma orientação pedagógica a ser dada às creches e na ausência de um conhecimento cientificamente embasado acerca da organização de creches para nossas condições, terminaram os técnicos da SEBES por adotar modelos que incentivavam programas de estimulação sensorial de bebês, implantação de classes de maternal e aperfeiçoamento de clube de mães como forma de aproximação creche-família, visando garantir um trabalho contínuo de educação.

Um dos objetivos principais da programação era a estimulação cognitiva em ambiente de aprendizagem agradável e lúdico. Buscava-se o desenvolvimento da atenção, da concentração, da aprendizagem de habilidades específicas com monitoria do adulto, em grupos de crianças reunidas conforme sua "idade mental".

A criança atendida na creche era vista como carente cultural e deveria aprender atitudes e habilidades compatíveis com a aprendizagem escolar que teria no futuro. A ótica da análise dos problemas de desenvolvimento infantil é colocada sobre a criança, e não na sociedade que cria as condições de vida para ela se desenvolver. Surge daí a conseqüente proposta de uma "educação compensatória" para "corrigir as omissões apresentadas pela criança sócio-culturalmente carenciada" (São Paulo (cidade) 1972, p. 4).

Nas concepções envolvidas neste projeto nota-se a presença do ideário pedagógico divulgado no Brasil no início da década de 70, com os temas carência ou marginalização cultural. Tal ideário, surgido nos EUA na década de 60, no contexto da "guerra à pobreza", procurava dar uma explicação e propor soluções para as desigualdades sociais, compensando as "carências" da crian-

³ SEBES - Projeto Centros Infantis. Programação Socio Educativa, 1972; SEBES. Projeto Centros Infantis. Programação de Serviço Social, 1974; SEBES. Proposta para reprogramação da atividade Assistência à Infância, 1976; COBES. Creches - programação básica, 1981.

ça pobre através de programas de reforço pedagógico (Programa Head Start). Supunha que as desigualdades sociais, poderiam ser diminuídas através do atendimento à criança pequena, sem alterar as estruturas sociais existentes na raiz daqueles problemas. A grande preocupação era com as minorias étnicas americanas, populações pobres cujos membros apresentavam grandes taxas de insucesso escolar. Nesta perspectiva, as características sociais e culturais de uma determinada população é que a tornariam inadaptaadas na sociedade (Campos et al., 1981).

Como apontam Scheibe, Kreutz e Noronha (1984) este novo conceito de educação foi reproduzido tardiamente no Brasil, com características mais políticas que pedagógicas, destinando-se não a uma minoria como nos EUA, mas à maioria da população que fracassa no 1º grau e que é caracterizada como "carente cultural". Segundo estes autores, uma nova lógica política envolve esta proposta educativa que "traz em seu interior propósitos implícitos de desmobilização e de redução de descontentamentos, contribuindo todavia para a estabilização das estruturas predominantes de privilégios" (p. 60). Apontam ainda aqueles autores que "se se coloca a questão a nível de educação compensatória, está se atribuindo à educação escolar o papel de resolver os problemas que não se pretende resolver. E isto nada mais é do que um recrudescimento de ideologia liberal e da escola redentora da humanidade" (p. 64).

Voltando ao histórico que traçávamos acerca da rede de creches municipais, podemos perceber que despontam na década de 70, preocupações educativas e não meramente médico-assistenciais para o trabalho da creche, a proposta educacional apresentada apoiava-se em uma teoria que minimizava os condicionantes sociais da ação educativa.

O minucioso programa educativo, sob forma de Manuais, elaborado para ser desenvolvido com as crianças, acabou sendo inviável em centros com população tão numerosa de crianças. Além deste fator quantitativo, a dificuldade das pajens — mulheres com pouca escolaridade e treinamento, com uma longa e mal remunerada jornada de trabalho — de aprenderem a executar o programa e a compreender as próprias orientações técnicas nele incluídas, muitas delas discutíveis do ponto de vista da Psicologia do Desenvolvimento, terminaram por manter apenas no papel o programa pedagógico elaborado pela equipe central de técnicos. A orientação técnica às creches terminou sendo construída pelas equipes de supervisão, que serviam como intermediárias entre as diretoras oficiais e o pessoal de cada creche. Conseqüentemente, houve proliferação de um conjunto heterogêneo de orientações pedagógicas.

Na proposta dos Centros Infantis, o programa educativo a ser desenvolvido com as crianças deveria se integrar a uma programação do Serviço Social com as famílias das mesmas. Ainda dentro da perspectiva de carência cultural, tal programação preocupava-se com as funções socializantes da família, consideradas como inadequadas para entrosar seus membros na sociedade urbana. A programação proposta de trabalho com a família visava assim a adoção pela família de novos padrões de convivência que contribuíram para sua socialização (São

Paulo (cidade) 1974).

Novamente se perde a perspectiva crítica de análise do desenvolvimento de crianças de camadas de baixa renda, não sendo tomado o contexto social em que aquelas famílias se inseriam. Em que pese a inadequação de determinados comportamentos e práticas de relacionamento entre os membros da família, deve-se lembrar que tais famílias construíram tais práticas, e os valores nela incluídos, no seio de sua relação com o mundo, como fruto de interações com seu ambiente. Considerar um determinado padrão de convivência e propô-lo a várias famílias, ignorando a especificidade da história de cada uma delas é normalizar a família, criar-lhe problemas de identidade. É intensificar a dominação a que esta já está submetida na sociedade.

Considerando o agravamento das condições de vida da população e o autoritarismo do sistema político, esta forma de encarar a marginalidade de grandes extratos da população e os problemas de desenvolvimento de crianças das camadas populares, ignorava uma análise estrutural e não encaminhava adequadamente o trabalho possível de ser feito nas creches com aquelas crianças.

Além da programação elaborada não discutir os fatores sócio-econômicos nas condições de desenvolvimento das crianças, ela foi descontextualizada ainda mais pelos profissionais encarregados de implementá-la nas creches. Tais profissionais, sem uma perspectiva crítica, terminaram erigindo a programação como um fim em si mesmo.

Parte daquelas concepções, todavia, foram sendo alteradas, dentro de concepções mais críticas acerca da criança e seus contextos de desenvolvimento: família e creche.

Já em 1974 (São Paulo (cidade) 1974), é apresentada outra visão da família de baixa renda, onde o comportamento de seus membros suas atitudes e valores, aparecem integradas a suas condições de vida.

Em 1976 foi proposta pela Secretaria uma reprogramação do trabalho junto às crianças nas creches e fora destas. Tal atividade, denominada Assistência à Infância, teve sua reprogramação coordenada pela equipe de Programação, Controle e Avaliação da Secretaria, com alguma participação dos supervisores e diretoras de creches. É a primeira referência à participação de profissionais que atuavam mais próximos às crianças na elaboração de um manual sobre creches.

A reprogramação partiu de um quadro diagnóstico da população de baixa renda e suas crianças, e as conseqüências que o quadro de carências de recursos físicos e sociais provocava na população de pais e na população infantil (São Paulo (cidade) 1976).

Notam-se nesta proposta preocupações com a criança e com a família, com o atendimento prestado por entidades públicas e privadas, bem como por grupos comunitários, a ênfase posta na racionalização e na rentabilidade do atendimento, e na formação de recursos humanos.

Na verdade, a Assistência à Infância se propunha a uma atuação direta, através de unidades experimentais onde eram atendidas crianças e suas famílias, com programação envolvendo a comunidade local, e a uma atuação indireta, através da orientação técnica dada a entida-

des públicas e particulares, bem como a grupos comunitários, para atendimento de sua clientela.

A proposta elaborada tomava a família como grupo com papel decisivo, embora seriamente comprometido, no processo de socialização e de promoção do desenvolvimento da criança de baixa renda. Tal família estaria transmitindo a seus filhos padrões de comportamento incompatíveis com os padrões da cultura dominante. Segundo aquela proposta: "qualquer ação que venhamos a desencadear no sentido de rompermos com esse processo contínuo (de marginalização social) só terá efeito na medida em que for envolvida a família e a comunidade em que estiver inserida, sem o que, corremos o risco de acrescentar, aos existentes, mais um motivo de conflito social, com sérias repercussões ao já frágil equilíbrio das relações familiares" (São Paulo (cidade) 1976, p. 27).

A programação proposta considerava duas áreas: de saúde e sócio-educativa. Nesta última era proposto que as atividades pedagógicas compatibilizassem "o desenvolvimento dos aspectos cognitivos exigidos para o bom desempenho futuro destas crianças, no decorrer das etapas de escolarização formal, com o desenvolvimento dos aspectos atitudinais capazes de afetar o processo de aprendizagem, tais como: segurança, independência, persistência, auto-conceito, etc. Para tanto, deveria ser desenvolvida uma ação planejada junto aos funcionários que atuassem junto às crianças e suas famílias (São Paulo (cidade) 1976, p. 30).

Os aspectos de saúde e sócio-educativos estariam incorporados nas atividades da rotina diária da creche, sendo que qualquer situação que envolvesse a criança se constituiria em situação de aprendizado, ou seja, a atuação junto à criança não deveria se limitar às atividades formais, mas "ser a soma total das experiências vivenciadas no dia-a-dia da creche" (São Paulo (cidade) 1976, p. 30).

A implantação e desenvolvimento da programação geral de atividades dependeria da qualificação dos funcionários da creche. Daí a promoção de cursos de capacitação para tais profissionais.

A atuação da creche junto às famílias era proposta no sentido de fazê-las compreender e colaborar com os serviços prestados pela creche, compreender as necessidades da criança, dar melhor atendimento aos filhos em casa e aproveitamento melhor os recursos comunitários que atendem à família. O procedimento apresentado propunha que se partisse da realidade vivida pela família, mais do que de objetivos e programas pré-estabelecidos que o grupo familiar fosse respeitado no que ele é. A programação junto à família deveria considerar que os pais estão imersos na luta pela sobrevivência, com pouco tempo disponível, e que as crianças permaneciam em média, na época, de 5 a 10 meses na creche. Seria portanto necessário que a atuação fornecesse aos pais os elementos básicos para o desenvolvimento de seus filhos fora da creche.

Estes princípios aparecem concretizados na orientação dada aos técnicos de que os temas discutidos nos grupos de pais não enfatizassem o que a família *deve* fazer, mas o que ela *pode* fazer dentro de suas condições sócio-econômicas e culturais, para atender a seus filhos.

No início de 1979, foi realizado o Primeiro Seminário da COBES onde foram levantadas críticas e sugestões ao trabalho realizado junto às creches. As críticas feitas diziam respeito à visão paternalista da participação da família no processo sócio-educativo da criança, à setorização da programação feita em 1971, que dificultava uma visão globalizada da problemática social da criança e a conseqüente operação do programa. Também foram criticadas a inadequação do manual "Projeto Centros Infantis" ao nível de compreensão dos que trabalhavam nas creches, a ausência de padrões mínimos de atendimento a serem exigidos de cada creche e a inadequação de certas plantas de construção de creches (São Paulo (cidade), 1981).

As sugestões propostas enfatizaram: a necessidade de definição de uma política de atuação do Órgão no campo do menor, a elaboração de um manual único, de fácil comunicação, que abrangesse os vários aspectos básicos da programação, a adoção de um critério de reajuste anual do auxílio financeiro enviado às creches conveniadas, a elaboração de plantas de creches ajustadas às características de construção da periferia e que permitissem outros usos do prédio pela comunidade, além da finalidade básica destes equipamentos.



Um novo manual de orientação às creches foi elaborado, preliminarmente por supervisores de várias regiões e pela equipe central da Secretaria, sendo depois discutido com diretores das creches diretas municipais.

O documento elaborado a partir deste Seminário, "Creches-programação básica", voltava-se principalmente para a estrutura e organização da creche, com uma proposta administrativa que considerava os objetivos das creches e as características de sua clientela.

Neste documento, as atividades psicopedagógicas são tratadas em linhas gerais, traduzindo uma preocupação com um atendimento adequado às características de cada criança. Este atendimento se faria através da criação de condições favoráveis à realização de atividades próprias a cada idade: organização do espaço físico, planejamento de ambientes e de atividades, e a busca de resolução das dificuldades de adaptação das crianças ao grupo. Tais atividades deveriam favorecer o desenvolvimento afetivo, a expansão da criatividade, o acompanhamento da evolução gradativa da maturação de cada criança.

Como reflexo de todo um conjunto de questões presentes na sociedade, este manual, publicado em 1979, trouxe algumas concepções politicamente mais avançadas. A criança da creche foi vista como sendo submetida a um quadro de carências capaz de comprometer seu desenvolvimento, sendo que este conjunto de privações seria determinado pela "desigual distribuição de bens e valores socialmente produzidos entre todos os indivíduos que integram a sociedade" (São Paulo (cidade) 1981, p. 3). A creche seria uma das respostas à problemática social da criança e se constituiria em um direito da população.

Esta visão da criança e da creche já mostrava preocupação em caracterizá-las inseridas em uma estrutura social com seus condicionantes históricos. As carências da população foram apontadas ao lado das carências de atendimento por parte dos serviços públicos (insuficiência de saneamento básico, de transportes, de recursos de saúde, escolares e de outros equipamentos sociais).

A família foi apresentada como não dispo de recursos que lhes garantissem uma qualidade de vida satisfatória, estando sobrecarregada na luta pela sobrevivência e tendo sua configuração familiar alterada no acelerado processo de industrialização, que não cuidou de garantir o desenvolvimento social necessário. Estes elementos dificultariam à família "estabelecer contatos criadores e carregados de afeto" e ainda de dar um atendimento adequado à criança (São Paulo (cidade) 1981, p. 3).

Foi proposta a participação da família na creche, expressando seus interesses, expectativas, e manifestando-se quanto ao atendimento que seu filho recebe; para isto também se propunha a organização de associação ou grupo de pais, para atuarem como grupo de pressão e controle da creche, realizarem promoções diversas e contatos com a comunidade local e participarem de movimentos comunitários por melhoria da qualidade de vida.

Concomitantemente, eram discutidos, de forma mais ampla na sociedade, concepções políticas acerca dos direitos da população, inclusive o de atendimento em creches. Movimentos populares se faziam então atuantes, especialmente o de luta por creches. Ao lado disso, intensificaram-se discussões acerca das funções da creche e da pré-escola como instituições educativas para crianças até 6 anos de idade.

Tanto as preocupações políticas quanto as técnico-educativas foram debatidas nos encontros de creches realizados em 1982, em Piracicaba, e em 1981, em São Paulo.

Enquanto isso, procurando firmar nova orientação para o atendimento às necessidades por creches da população de baixa renda, adotou a Secretaria novo enfoque administrativo. Estudos, realizados muitas vezes por assessorias em Organização e Métodos, voltaram-se para a racionalização de determinados procedimentos nas creches. Análises de cargos foram feitas, dentro desta perspectiva de racionalidade organizacional.

Além de não avaliar os efeitos sobre as crianças, das atividades pedagógicas propostas, o encaminhamento da perspectiva de avaliação organizacional não colaborou para uma orientação adequada ao programa de creches, na medida em que outras variáveis importantes não foram consideradas. Contrastando com os princípios

de racionalidade defendidos, inúmeros problemas foram gerados pela má administração da expansão das creches no período 1981-1982; creches que não foram postas em funcionamento pela precariedade das instalações físicas recém-inauguradas, o acentuado ritmo de contratação de pessoal, muitas vezes com critérios clientelistas, sem verificação de um mínimo de competência para o cargo, defasagem da possibilidade de se efetuar o treinamento e a qualificação do pessoal contratado. Acrescenta-se a isto a ausência de uma linha pedagógica norteadora do trabalho junto às crianças e se tem uma visão da grave dimensão do problema.

Esta linha de rever a organização das creches segundo critérios de racionalidade e eficiência, preocupando-se com a especificação das tarefas e competências dos profissionais em quadros de pessoal construídos em obediência a determinados padrões técnicos, continuou traduzindo a linha da Secretaria na esfera das creches no período 1983-1984. Isto pode ser notado no Decreto 20.208 de 04/10/1984, que criou 7 creches sob padrões experimentais de trabalho. A avaliação desta experiência determinaria ou não a implantação do novo modelo organizacional e seu quadro básico de pessoal nas demais creches municipais, nos anos seguintes.

Ao mesmo tempo, esta ênfase técnica da administração coexistia com questões políticas vividas pelos funcionários. O agravamento das condições de vida, a cobrança pela população necessitada de creches e outros benefícios básicos ao novo Governo eleito, as pressões sociais que encontraram espaço de manifestação em determinado momento de menor fechamento político, tiveram seus reflexos, como não poderia deixar de ser, na rede de creches. Tais reflexos se fizeram presentes na relação comunidades-Secretaria e na relação supervisores-pessoal das creches diretas. As relações de poder entre todos estes elementos, suas perspectivas, seus interesses, suas possibilidades de ação emergiram num complexo processo voltado para a participação dos funcionários nas decisões acerca da políticas de creches,

Retratando as dificuldades de participação dos diferentes segmentos sociais na sociedade mais ampla, também a definição de uma política de creches pela administração da Secretaria envolvia complexa interação dos diversos agentes envolvidos, que acabavam defendendo muitas vezes interesses corporativistas. A dinâmica do movimento social mais amplo, os conflitos e tensões presentes na Secretaria afetavam o pessoal das creches, dificultando a relação dos funcionários entre si, dos funcionários com as famílias e a comunidade local. Tais dificuldades se expressavam de várias maneiras, desde sutis formas de controle mútuo presentes entre os funcionários, até conflitos amplos, por exemplo, com comunidades de bairro que exigiam creches diretas e questionavam a política de convênio de FABES.

Em resumo, os que trabalham com as creches ligadas à Prefeitura de São Paulo têm demonstrado intensa preocupação com a definição de propostas psicopedagógicas para as creches. Entretanto, os técnicos que elaboraram estas propostas nos últimos quinze anos, viveram um processo prejudicado pelas políticas adotadas pela Secretaria neste período, e também pelo desconhecimento de princípios explicativos sobre o desenvolvi-

mento infantil e de princípios teóricos a serem respeitados quando se promove cuidado coletivo de crianças numa faixa etária precoce e considerada como "período crítico" de desenvolvimento.

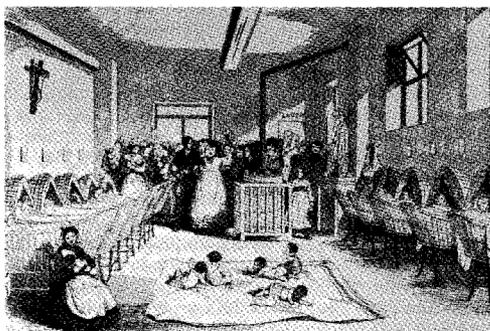
Todos estes pontos contribuíram para dificultar a discussão, o planejamento e a implantação de uma proposta de trabalho junto às crianças da creche que as ajudasse a alcançar um nível de desenvolvimento compatível com a idade e com as possibilidades atuais e futuras de aquisição de instrumentais básicos para lutarem por uma nova ordem social.

O ATENDIMENTO EM TRÊS CRECHES COM DIFERENTES TIPOS DE ESTRUTURA

A análise apresentada a seguir procurou avaliar as condições de organização de cada creche segundo seus objetivos de atendimento às crianças matriculadas.

Até agora foi esboçado um contexto social mais amplo para localização da problemática em estudo e o conjunto de propostas já levantadas nos órgãos centrais da Secretaria. As visitas às três creches selecionadas, as entrevistas com suas dirigentes, a observação das atividades nelas realizadas destacando aspectos do seu dia-a-dia, trazem outra contribuição para o encaminhamento do problema. Principalmente, abrem caminho para novos estudos que investiguem aspectos desta instituição e suas complexidades.

Apresentamos a caracterização de cada creche analisada, a qual procurou responder aos seguintes pontos: dados sobre matrícula, grupos de idade e frequência média diária, critérios para ingresso da criança na creche e para constituição dos grupos de crianças; dados sobre os funcionários (número por função, nível de escolaridade, seleção e treinamento), sobre o espaço físico (dependên-



cias, equipamento, condições de iluminação, arejamento, higiene, conservação e funcionalidade), dados sobre o horário de atividades diárias, sobre a proposta educacional e de atendimento médico-nutricional e sobre a participação das famílias na creche.

Tais dados foram, em sua grande maioria, obtidos através das entrevistas, acrescidos de informações da supervisora das creches e das observações feitas durante as visitas.

Seguiu-se um roteiro básico de entrevista e um roteiro de visitas. Os dados obtidos variaram, todavia, conforme a qualidade do informante. Em algumas ocasiões, foram obtidos dados extras sobre a creche e em outras, a informação buscada não se achava disponível.

Uma segunda parte apresenta comentários sobre as creches a partir das caracterizações apresentadas.

Conforme já foi exposto na Introdução, as três creches analisadas: uma direta, uma indireta, uma conveniada, localizavam-se em uma mesma região de São Paulo, parte da zona Sul, atendendo crianças de famílias com rendimentos mensais de até dois salários mínimos. As três creches atendiam, em junho de 1984, quando concluímos a coleta de dados, a 320 crianças, aproximadamente a metade das 636 crianças que, em novembro de 1984, estavam sendo atendidas nas 6 creches da região que eram ligadas à Secretaria (uma creche direta, duas conveniadas e três indiretas).

APRESENTANDO AS CRECHES

CRECHE DIRETA

Funciona desde 1981, em prédio próprio, construído para esta finalidade.

Matrículas e critérios para o ingresso.

Em junho de 1984, estavam matriculadas 121 crianças, aproximadamente 18 em cada um dos sub-grupos: berçário menor (0-1 ano), berçário maior (1-2 anos), mini-grupo (2-3 anos), maternal I (3-4 anos), maternal II (4-5 anos), jardim (5-6 anos) e pré (6 anos).

A frequência à creche nos três dias em que a visitamos foi de 90, 97, 110 crianças.

O ingresso das crianças na creche ficava na dependência da diretora que considerava a situação da família e da criança: quanto mais miserável, desnutrida, mais facilmente era atendida. A diretora chegou a conseguir uma vaga extra para atender uma criança bastante desnutrida, mas que morreu antes de ocupá-la.

Os critérios para o ingresso na creche eram: renda familiar de até 2 salários mínimos e que os adultos trabalhassem (embora não fosse exigido que a mãe trabalhasse e, atualmente, face ao desemprego, nem que o pai trabalhe).

Segundo a diretora, há muita criança esperando para ser atendida na creche. Antes faziam lista de espera, chegando a ter 315 crianças aguardando vaga, mas isto criava uma esperança na família, difícil de ser realizada. Muitas vezes, uma criança estava, inscrita na lista de espera de mais de uma creche.

Apesar dos grupos de crianças serem apresentados como grupos de idade (até 1 ano, 2 anos, 3 anos, etc. . . .), não se utilizava critérios rígidos para colocar e mudar uma criança de grupo. Levava-se em consideração o desenvolvimento das crianças, definido segundo a professora e as pajens.

Dados sobre os funcionários

A escolaridade das pãjens é predominantemente de nível primário completo, havendo algumas com nível de 2º grau.

A seleção e o treinamento dos funcionários, especialmente diretor, pãjens, professores e pessoal administrativo, eram feitos nos órgãos centrais e intermediários da Secretaria. As professoras faziam a supervisão pedagógica das pãjens, trabalhando diretamente apenas com as crianças mais velhas, poucas horas por dia.

No quadro 1 está detalhado o quadro de funcionários desta creche.

QUADRO 1
Quadro de pessoal da Creche Direta

Quantidade	Cargo	Carga horária semanal
1	Diretora	40
1	Auxiliar de Direção	40
1	Assistente Administrativo	40
24	Pãjens	33
2	Professoras	20
1	Cozinheira	40 + horas extras
4	Auxiliares de cozinha	40 + horas extras
1	Lactarista	40
1	Auxiliar de Enfermagem	40
1	Atendente de Enfermagem	40
4	Faxineiras	40
2	Vigias	12 h por 36 h de descanso
1	Zelador	40 + horas extras

Espaço físico

O prédio foi construído em um terreno que vai de uma rua à outra. O terreno é em acentuado declive. A creche fica abaixo do nível da rua em que tem sua entrada e acima do nível da rua que passa atrás dela. A construção fica como que "enterrada", havendo uma passagem de no máximo 4 metros de largura em um dos lados do terreno, e outra mais estreita do outro lado. Há um recuo na frente, de mais ou menos 4 metros, tendo nos fundos um grande terreno onde está o pátio de brincar (*play-ground*). A construção foi planejada satisfatoriamente, apresentando a creche boas condições de iluminação, arejamento, funcionalidade e, apesar de ter problemas de circulação em algumas salas, razoáveis condições de conservação e higiene. Os consertos são feitos por técnicos da Secretaria que demoram para aparecer.

A construção é em três níveis. Ao nível da entrada ficam as dependências administrativas. Há o *hall*, a sala de enfermagem, da diretoria, da assistência social, das professoras e um banheiro. Subindo alguns degraus, chega-se ao andar superior onde fica o berçário (2 salas amplas, claras, com berços e quadrados e com divisórias internas feitas por armários e biombo), com uma sala de banho intermediária (também ampla, clara, com banheiras e trocadores), o lactário, o solário e duas salinhas pequenas usadas pelo pré. As distâncias entre as salas do pré e o berçário sugerem isolamento nas acomodações destes

dois grupos de crianças.

No nível inferior estão as salas para as crianças dos grupos intermediários e a seção de alimentação e lavanderia. Há 4 salas para o mini-grupo, maternal I, maternal II e jardim (com lousa, filtro, colchões, armário, quadros de aviso de saúde, móveis, cortina, desenhos dispostos nos "varais"), com banheiro próximo (2 chuveiros e 6 vasos), o que facilita o acesso das crianças ao mesmo. Nos banheiros, as peças sanitárias são adequadas ao tamanho das crianças. Há ainda a cozinha (2 fogões industriais, coifa, geladeira e dispensa), a lavanderia (com 2 máquinas de lavar, 2 de secar, 2 tanques), o vestiário de funcionários e o salão refeitório. O refeitório tem um balcão que o separa da cozinha, facilitando a passagem das vasilhas de alimento. Nele há quinze mesinhas de 4 lugares, reunidas em grupo de 3. Como as mesinhas não foram feitas sob medida para uso neste local, elas acabam tendo dimensões muito grande e contribuem para atulhar o espaço, prejudicando a circulação.

No lado externo, há um pátio coberto para recreação, no prolongamento do refeitório, com bancos de alvenaria nas laterais. Há ainda um pátio externo com grandes brinquedos (trepas-trepas, túneis, grandes manilhas para "cavalgar") em local com grama rala e terreno acidentado.

Atividades com as crianças

O horário básico das atividades na creche encontra-se no quadro 2.

QUADRO 2
Horário da Creche Direta

6:30 - 7:30	- entrada (troca de roupa apenas para as crianças do berçário)
7:45	- mamadeira
8:00	- café
8:15	- subdivisão para atividades: recreação (maiores) banho de sol (berçários)
9:15	- suco (momentaneamente retirado para ver se é ele que provoca diarreia em várias crianças; substituído por água)
9:30	- atividades pedagógicas para maiores; menores: banho/brincadeiras (enquanto um grupo toma banho, outro brinca)
10:30	- almoço dos menores e descanso
11:00	- almoço dos maiores, escovação de dentes e descanso
14:00	- lanche (café com leite com 2 bolachas, pois irão jantar)
14:30	- atividades psicopedagógicas para maiores; o grupo de menores que brincou pela manhã agora toma banho, e vice-versa
16:45	- jantar e preparo para sair
17:30	- saída até 18:30

Não é dado banho nas crianças acima de 3 anos, a não ser quando se percebe que ela não toma banho em casa ou se a criança pede para tomar banho.

Este horário de atividades foi traçado com participação das mães. Durante o descanso das crianças há reu-

não de professoras e pajens para planejar atividades. Neste horário, encontram-se as pajens que ficaram com as crianças no período da manhã e as que vão trabalhar à tarde com elas.

De modo geral, é previsto para os grupos de crianças até 3 anos o mesmo período de tempo de duas horas aproximadamente para desenvolvimento de cada uma das quatro áreas de atividades (alimentação, higiene, recreação-atividades pedagógicas, descanso). Para os grupos de crianças maiores, aumenta o tempo previsto para as atividades específicas como pedagógicas (que passa a três horas) e diminui o tempo para higiene.

A creche dispõe de brinquedos e de material para manipulação pelas crianças. Há estímulos visuais (cartazes, móveis) nos diferentes aposentos. Trabalhos realizados pelas crianças a partir do material (desenhos, colagens, etc. ...) ficam expostos nas salas de cada grupo. As atividades em sala geralmente envolvem exercícios para o desenvolvimento de coordenação motora, grossa e fina, havendo também exercícios de treino de discriminação visual nos grupos de crianças maiores.

Atendimento médico-nutricional

O atendimento médico-nutricional dispõe de alguma infra-estrutura material e de pessoal.

Não há horta na creche. Os gêneros alimentícios para as creches diretas são enviados pela Divisão de Merenda Escolar da Secretaria Municipal de Educação, que centraliza as compras e a distribuição de tais gêneros, segundo cardápio organizado por nutricionistas da equipe central da Secretaria (FABES). Em uma das visitas, o almoço dos maiores constava de frango, arroz, salada de tomate, servidos em boa quantidade. Em outra visita o cardápio era: ovo, arroz, caldo de feijão e verduras.

Há seguimento nutricional e de desenvolvimento físico das crianças, sob a responsabilidade da auxiliar e da atendente de enfermagem. Algumas crianças recebem atenção especial e tomam durante o dia comprimidos de vitamina, ferro ou cálcio. Outras têm dieta complementar à base de ovos.

Segundo a diretoria, não há na creche casos graves de desnutrição, apenas alguns casos de desnutrição de grau I, especialmente entre os bebês recém-matriculados, de fácil recuperação. Segundo ela não há desnutridos entre os maiores, pois estes estão há mais tempo na creche (e a alimentação recebida já os teria ajudado).

A população infantil, pelas condições de vida que têm em casa, é sujeita, todavia, a algumas intercorrências de saúde. Por ocasião da entrevista com a diretora, três crianças estavam internadas com pneumonia.

Interação creche-famílias

A forma de participação das famílias na creche é precária. A diretora reconhece que o trabalho com pais é um pouco falho. Segundo ela, a auxiliar de direção é assistente social e teria esta função, mas devido a problemas pessoais ela não pode assumir os horários que as mães têm disponíveis para as reuniões. O esquema geral

é o seguinte: em um mês há uma reunião geral, no outro mês há reunião de mães de cada grupo com suas pajens.

Conceito e função das creches

Segundo depoimento da diretora, seu conceito de creche mudou muito. Por mais ou menos seis anos ela achava que a creche era uma "solução social". Agora não acha mais, "porque vê quanta criança há aí fora da creche, que é uma solução elitizada, para pequena minoria".

"As famílias não ganham nem para comer. Antes a mãe trabalhava o dia inteiro mas garantia que à noite e nos fins de semana a criança se alimentava. Hoje, na segunda-feira, as crianças têm mais fome que no resto da semana". Quando essa diretora trabalhava em creche conveniada, ela mobilizava os pais para brigarem por creches diretas. Hoje não a considera solução para o problema social. A creche necessita pensar "novas propostas, vendo mais as crianças e o trabalho educacional a ser feito com elas". Através de um bom atendimento educacional, a creche preencheria sua função social.

A diretora é pedagoga, ainda não tem 40 anos, casada. Trabalha em creches da região desde 1971, como professora e como diretora de três creches conveniadas. Tem grande experiência de trabalho com movimentos comunitários vinculados à Igreja. Foi selecionada por concurso para ser a diretora da creche direta.

A CRECHE CONVENIADA

Funciona há nove anos, em prédio antigo, adaptado. A responsável por sua gerência é uma entidade católica, que mantém mais duas creches da região, uma delas há mais de dez anos. Junto à creche, que não atende nenês, mas apenas crianças de 3 a 6 anos de idade, a entidade mantém, em prédio anexo, o programa OSEM (Orientação Socioeducativa para Menores), atendendo duas turmas de 40 crianças de 7 a 12 anos em convênio com a Secretaria (FABES).



Crianças matriculadas e critérios para ingresso.

Estão matriculadas 51 crianças (de aproximadamente 35 famílias) que, em sua maioria, nunca estiveram em outra creche. São 17 crianças no grupo de 3 anos a 4 anos e meio, 18 crianças no grupo de 4 anos e meio até 5 anos e nove meses e 17 crianças no grupo de 5

anos e nove meses até 6 anos e nove meses. A frequência média diária oscila entre 43 e 48 crianças. Os grupos são constituídos segundo idade e desenvolvimento, este último avaliado pela pajem.

Os critérios para ingresso na creche são: a mãe trabalhar e a família ter renda até um salário mínimo, sem casa própria. A grande maioria das mães trabalha e aproximadamente 5 mães estão desempregadas, havendo apenas duas famílias de favelados. Há crianças esperando vaga e o tempo de espera é de aproximadamente seis meses, sendo que muitos desistem.

Os recursos para manutenção da creche advêm da Secretaria (para 50 crianças) e de donativos.

Dados sobre os funcionários

A creche conta com 3 pajens, uma para cada grupo de crianças, uma faxineira, uma cozinheira e um ajudante de cozinha, contratados pelo regime da CLT, com jornada de 40 horas semanais. A faxineira trabalha também na limpeza das salas de OSEM e a cozinheira prepara alimentos também para o OSEM.

A informação recebida é de que para contratação, as pajens não necessitam ter experiência na função; basta ter paciência e gostar de crianças. Estes quesitos não são plenamente atendidos na prática. Por exemplo, uma das pajens disse à pesquisadora que é nervosa, não tem, muita paciência com crianças, recebendo cuidados médicos por isto. Ela deve estar sendo mantida no emprego por outros motivos que não a disposição atual para a tarefa de pajem.

As pajens não receberam treinamento para a função. Algumas vezes elas participam de algum tipo de curso promovido pela Secretaria. Destes cursos destacam certos aspectos singulares. Por exemplo, uma das pajens disse ter feito recentemente um treinamento em música na Secretaria onde aprendeu a importância de fazer gestos enquanto canta com as crianças, ou seja, muitas vezes o curso é valorizado por transmitir "receitas" de atuação.

Duas pajens têm idade em torno de 40 anos e a outra tem aproximadamente 30 anos. Esta pajem mais nova tem escolaridade de nível colegial incompleto e atua como a "professora" da creche, trabalhando com as crianças maiores. Ela ainda substitui a diretora quando esta se ausenta, tendo sido o elemento que respondeu à presente entrevista. As outras pajens têm nível primário incompleto.

Espaço físico

As instalações são precárias, embora razoavelmente cuidadas. O prédio é bem velho (tem aproximadamente 40 anos); é uma construção simples com móveis domésticos usados e muitos enfeites. A iluminação, arejamento e as condições de higiene são razoáveis.

Há uma sala para o pré (com 17 carteiras individuais do tipo escolar antigo, 2 armários velhos, mesas, cadeira do professor e lousa, em espaço de aproximadamente 23m²), um salão usado pela turma do jardim (cerca de 40m², com dois armários enormes com colchonetes empilhados sobre eles, aparelho de TV, filtro,

um tapete grande no centro da sala e algumas poucas cadeiras espalhadas), um salão para o maternal (de 20m² com duas mesas compridas, algumas cadeiras, 2 sofás, sendo que este salão é também usado como capela aos domingos), um banheiro (com grande armário provido de gavetas com etiquetas identificando cada criança, cabides para toalhas de banho, pias, 2 chuveiros, 3 bacias em espaço de 15m²).

O refeitório tem 20m², com 4 mesas compridas e 14 cadeiras (a turma do jardim utiliza o refeitório para desenhar). Há uma sala de entrada pequena (8m²) ao lado da administração (simples, mobiliada com móveis velhos, com 10m²). Estas 2 salas estão entre o refeitório e a cozinha. Esta tem área de 30m², um fogão industrial, e 2 geladeiras. Ao lado da cozinha, há uma área de serviço com um tanque e uma máquina de lavar. A área externa tem aproximadamente 200m² de terra batida. A funcionalidade das dependências é prejudicada: a circulação entre elas não se dá facilmente. Por exemplo, para a criança do pré ir ao banheiro, ela passa pela sala de atividades do jardim; para se trazer a comida para o refeitório, passa-se pelo hall de entrada. Em geral, o mobiliário não é constituído de móveis feito de acordo com o tamanho das crianças.

Atividades com as crianças

O horário de atividades vigente na creche é apresentado a seguir.

QUADRO 3 Horário da Creche Conveniada

7:00 –	7:45 –	entrada troca de roupa (uniforme)
	8:00 –	café
8:30 –	8:45 –	conversa informal (o que aconteceu em casa)
8:45 –	9:30 –	brincadeira dirigida (roda, ginástica, brincado com bola e pneus) três vezes por semana e brincadeira livre com brinquedos duas vezes por semana
9:30 –	9:45 –	lavar as mãos
9:45 –	10:45 –	desenho livre, ouvir histórias, colagem, exercícios gráficos
	11:00 –	almoço
	11:40 –	escovação de dentes
12:00 –	14:00 –	dormir (muitas vezes as pajens também dormem junto)
	14:00 –	lanche (suco ou vitamina)
	14:15 –	recreio livre
	15:30 –	banho de 3 em 3 crianças, uma pajem lava e a outra troca, começando pelos pequenos. Os maiores são subdivididos em meninos e meninas, que tomam banho separados e se vestem sozinhos. O banho se dá em 3 dias intercalados por semana, para a família assumir os outros dias. Nos outros dois dias da semana há brincadeiras neste horário.
	16:30 –	esperar o jantar, ouvir música, ver TV.
	16:45 –	sopa
	17:00 –	saída

Atendendo apenas a crianças de 3 a 6 anos, esta creche apresenta previsão de maior período de tempo detinado às atividades psicopedagógicas (de 3:30 a 4:30 horas diárias), propondo períodos de 35 minutos a 1:40

h para higiene, 2:00 h para descanso e 1:40 h para alimentação.

A proposta pedagógica da creche, segundo a pajem-professora é: *“desenvolver a parte motora (através de exercícios práticos, ginástica, montagem, recortes, colagem), desinibir a criança (sua linguagem oral) para ela crescer solta”*.

As pajens procuram ainda saber o que se passa na casa da criança, para poder lhe dar carinho, pois *“há grandes problemas familiares”*, por exemplo, *“Fulano é bagunceiro, vive com a mãe adotiva, que é solteira, que não lhe dá carinho”*. Percebe-se pelo menos na pajem-professora, que é calma, voz mansa, esta preocupação com o lado afetivo da criança. É provável que a outra pajem tenha maior dificuldade nesta área, por ser nervosa e sem paciência, como afirmou.

Os alunos do pré usam cadernos com exercícios de prontidão, tendo cada criança uma pasta com seu material. Há brinquedos para as crianças (bolas, cordas e também carrinhos, encaixes, bonecas), embora em quantidade insuficiente.

Atendimento médico-nutricional

O atendimento médico-nutricional não recebe destaque especial. A creche não dispõe de um funcionário para dar cuidado de saúde. Segundo nos foi informado, as crianças não têm muitos problemas de saúde, apenas *“alguma gripe ou catapora”*. Pequenos ferimentos são tratados pelas pajens. Em caso de doença, as pajens levam a criança ao pronto-socorro, só chamando a mãe se parece grave. A alimentação é boa (numa das visitas o almoço servido constava de arroz e de beringela ao forno).

Interação creche-famílias

A participação da família na creche se dá através de colaboração nas festas juninas e outras festas promovidas para angariar fundos (Bazar da Pechincha), e na festa de Natal, não havendo reuniões com as famílias.

Conceito e função da creche

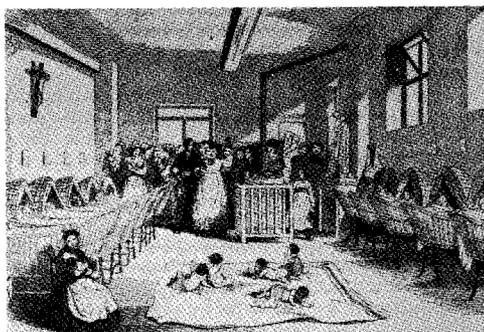
A função da creche, segundo a pajem-professora, é *“ajudar os pais e, de certa forma, a criança. Para a criança, estar na creche é melhor do que ficar em casa, pois tem melhor alimentação, melhor desenvolvimento”*.

A CRECHE INDIRETA

É mantida por entidade católica que atua em vários países e funciona em prédio municipal construído especialmente para este fim.

A creche é hoje mantida com verba da Secretaria, acrescida de verbas obtidas com promoções (são realizados 3 grandes bazares anualmente) e com donativos da entidade mantenedora.

Propostas para atendimento em creches . . .



Crianças matriculadas

Estavam matriculadas na creche 148 crianças (138 conveniadas), de 94 famílias, com frequência média de 90% (em abril foi de 94%). A alta taxa de frequência foi explicada pela diretora como causada pela fome, pois se as crianças ficassem em casa não teriam o que comer devido à grave situação econômica das famílias. As crianças estão reunidas em grupos, conforme mostra o quadro 4.

QUADRO 4
Agrupamento das crianças

Berçário	0 a 7 meses	12 crianças
Quadrado	8 a 18 meses	23 crianças
Minigrupo	19 a 30 meses	24 crianças
Maternal I	31 a 42 meses	26 crianças
Maternal II	43 a 54 meses	26 crianças
Jardim	55 a 66 meses	21 crianças
Pré	67 a 71 meses	14 crianças

A cada seis meses, há períodos de remanejamento das crianças nos grupos. Em tais períodos há preocupação com passagens de informações das pajens sobre as crianças e com a adaptação da criança ao novo grupo.

Crítérios de ingresso

Os critérios para ingresso na creche são: baixa renda e mãe trabalhando. Em caso de situação precária da família (por exemplo: numa família de migrantes sem alojamento e sem emprego) a criança é recebida e a mãe é encaminhada para emprego.

As famílias em geral têm os filhos nascidos em São Paulo, mas os pais são em sua maioria migrantes, nascidos, pela ordem, na Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, sendo as mães nascidas principalmente na Bahia e Minas Gerais. Os pais têm pouca escolaridade, a grande maioria tem 1º grau incompleto. Mais da metade das famílias tem renda de até 2 salários mínimos e 40% das crianças vive apenas com a mãe (esta creche é a única das que visitamos com estes dados organizados).

Não se faz inscrição para lista de espera de vagas para não criar uma expectativa difícil de ser satisfeita, pois há grande demanda não atendida, não havendo previsão de vagas para 1984. Quando surge vaga a diretora dá para uma das crianças que, no momento, procura a creche.

Dados sobre funcionários

A escolaridade das pajens é de 1º grau (incompleto e completo). Há algumas poucas com colegial (que além de ter maior escolaridade são as mais novas, trabalhando com o jardim e o pré. Para os menores, trabalham as pajens de mais idade (pois seriam mais atentas para lidar com os bebês). Os funcionários são contratados pela CLT, trabalhando 40 horas semanais.

QUADRO 5 Quadro de pessoal da Creche Indireta

14	pajens
4	ajudantes gerais
1	atendente de enfermagem
1	lactarista
1	cozinheira
1	ajudante de cozinha
1	ajudante geral de cozinha
1	professora contratada e mais uma professora que é estagiária do CIE-E Centro de Integração Empresa-Escola.
2	assistentes sociais (uma trabalha 20 horas e a outra 40 horas semanais, acumulando funções administrativas)
1	lavadeira
2	faxineiras
1	guarda

Há ainda estagiários de Psicologia e de Magistério, uma Fonoaudióloga voluntária e algumas senhoras voluntárias, cuja carga de trabalho na creche não ficou esclarecida.

Os requisitos básicos dos funcionários são, segundo a diretora: ser uma pessoa humana, sensível para participar do trabalho desenvolvido, colaboradora, interessada.

A distribuição das pajens pelos grupos de crianças busca equilibrar em cada setor uma pessoa mais responsável, com outra menos responsável. Apesar de, segundo a diretora, não ser bom do ponto de vista psicopedagógico, é feito remanejamento de funcionários que trabalham junto às crianças, quando há necessidades de melhorar administrativamente a atuação da equipe.

Há preocupação com treinamento do pessoal. As berçaristas fazem estágio algumas vezes por semana em hospitais. Já as pajens e as professoras estavam organizadas, no período em que foram realizadas as visitas, para participar de um curso de iniciação musical promovido pela Secretaria. A atuação das professoras junto às pajens é voltada para um treinamento em serviço, com reuniões periódicas e controle das atividades realizadas junto às crianças.

Espaço físico

A creche ocupa prédio municipal com uma área construída de 800m² (dois pavimentos), em um terreno de aproximadamente 4.000m². Apesar da construção ser recente, há problemas de rachaduras, pois a construção foi feita sobre aterro.

São boas as condições de conservação, iluminação, arejamento, higiene e funcionalidade da creche.

A creche tem as seguintes instalações: no andar in-

ferior: entrada, sala da diretoria, da atendente de enfermagem, da assistente social, da professora, um pequeno almoxarifado, um banheiro para adultos, amplo refeitório com cozinha (bem equipada, separada do refeitório por um balcão), copa de funcionários (que trazem sua marmita de casa), lavanderia (igualmente bem equipada com tanque, 2 máquinas de lavar e 2 máquinas de secar roupa). Há ainda 3 salas (para o mini-grupo, Maternal I e Maternal II) e um banheiro amplo para as crianças (com 5 vasos, pias, 4 chuveiros e um mictório). As peças são adequadas ao tamanho das crianças.

No andar superior há dois conjuntos de salas: um com sala para o jardim, uma sala para o pré, com um banheiro completo entre elas, e outro compreendendo dois berçários com banheiro intermediário, além de lactário bem equipado e um solário anexo. No berçário menor e no berçário maior há respectivamente, berços e quadrados para cada uma das crianças destes grupos. As salas de atividades dos grupos de crianças maiores têm lousa, armários, mesinhas e cadeirinhas.

Os berçários têm pingentes, havendo móveis e cartazes nos quadros e salas. De um modo geral, a creche dispõe de material pedagógico, brinquedos e elementos de estimulação visual muito bons e em quantidade adequada.

No refeitório, além de enfeites na parede, há um enorme e bonito urso de pelúcia arrumado em um canto. Há vasos de plantas nas salas da diretoria do Serviço Social e na entrada.

Há grande preocupação por parte da diretora em arrumar a parte externa da creche. Ela planeja construir brevemente uma praça ajardinada no final do terreno, com árvores e bancos para crianças e adultos sentarem e descansarem. Ela conseguiu junto à Prefeitura a doação de árvores (plantadas em uma disposição que formará uma alameda, do "play-ground" até a "praça") e de 1.000m² de grama (sendo plantada).

A horta foi bastante adiantada nos 20 dias de intervalo entre as duas visitas realizadas. Estão plantados: tomate, espinafre, cenoura, mandioca, cheiro verde, couve, já sendo colhidos. Também já foram plantadas bananeiras e ameixeiras. A diretora procura aproveitar também as folhas das hortaliças para enriquecer a alimentação.



Atividades com as crianças

A creche orienta suas atividades pelo horário discriminado a seguir.

QUADRO 6
Horário da Creche Indireta

7:00 – 8:00	– entrada, troca de roupa (por roupa da creche)
8:15	– café com leite, mamadeira
8:30	– banho de sol (menores), atividades psicopedagógicas (médios e maiores) e suco (para todos)
9:30	– banho (berçários e mini-grupo), atividades psicopedagógicas (maternal, no pátio externo; jardim e pré, nas salas)
10:30	– almoço (berçários, mini-grupo, maternal)
10:50	– almoço (jardim e pré)
11:30 – 13:30	– descanso
13:30	– troca – água
14:00	– mamadeira ou lanche
14:30	– atividades psicopedagógicas
15:30	– banho (maternal)
16:00	– banho (jardim e pré)
16:30	– jantar
17:00	– saída

É previsto, assim, para o grupo de crianças até 3 anos um período de tempo diário de 1:30h para higiene, 2:30h para alimentação, 2:30h para recreação e 2:00h para descanso.

Para os grupos dos maiores é previsto diariamente 2:30 h para alimentação, 1:15h para higiene, 2:45h para recreação e atividades psicopedagógicas e 2:00h para descanso.

A proposta pedagógica, segundo a diretora e uma das professoras, considera que “uma escola é diferente de uma creche. Na escola o pessoal é mais especializado. Na creche, a pajem tem que dar conta de várias atividades, além de propiciar uma orientação muito mais individualizada do que numa escola”.

A professora orienta as pajens, estabelecendo com elas programações semanais. Cada pajem tem um caderno onde faz relatos diários do trabalho com seu grupo. Os relatos compreendem, obrigatoriamente, brincadeira, atividade livre, em geral, manipulação de objetos, jogos, atividade orientada (ex.: ouvir música, desenhar), atividade musical. Todos os grupos têm que ter uma experiência diária de cada uma destas atividades. Nos cadernos de relatos dos grupos de crianças maiores, são apenas mencionadas as atividades realizadas. Os relatórios das berçaristas já apresentam dados de quem gostou ou não de cada atividade, qual a reação da criança a um passeio, a uma música.

Há preocupação em preparar os maiores para serem alfabetizados na 1ª série do 1º grau. Esta preparação é proposta através de atividades para desenvolvimento psicomotor principalmente, tais como recortes, exercícios gráficos. Foram compradas 2 caixas de blocos lógicos (Dienes) que a diretora espera serem logo postos em uso. Existem também muitos brinquedos de borracha novos, para os pequenos. Na creche desenvolve-se uma variedade de atividades dentro e fora das salas. A preocupação atual é incentivar as crianças a lidarem com a horta: elas trazem mudas, sementes, plantam-nas, regam, colhem.

A educação das crianças, no sentido de convivência, ter responsabilidade, ter boas maneiras, também é valorizada.

Estagiários de Psicologia fazem observação das crianças de jardim e pré, organizam grupos para atividades especializadas, entrevistam as mães e encaminham algumas delas para a Clínica Psicológica mantida pela Faculdade em que estudam.

Uma atividade que parece interessar às crianças é brincar no “trepá-trepá”, de escorregar, de “entrar no tunel” (manilha) e brincar “na casinha” uma bonita “casa de bonecas” feita de madeira, estilo europeu, com varanda, porta, janelas e bancos internos. As crianças solicitam a chave à pajem, abrem a casinha e ficam entrando e saindo, ou ficam bem juntas uma das outras, sentadas nos bancos internos por muito tempo.

Atendimento médico-nutricional

A área de Saúde é bem atendida. A entidade mantenedora tem um ambulatório médico e odontológico em um bairro próximo. Nos dois dias que se visitou a creche, havia saída de uma das assistentes sociais com algumas crianças para ida ao dentista. Tais visitas são periódicas para tratamento regular.

Cada criança tem sua ficha médica individual bem atualizada, sob controle da atendente de enfermagem que pesquisa a recuperação dos casos de desnutrição encontrados.

A grande preocupação da diretora da creche e da diretora da entidade é com a desnutrição e com problemas de saúde das crianças: “a creche não economiza em alimentação”. As despesas com alimentação são grandes. Fomos informadas que a creche consumia na época, 12 dúzias de banana por dia, 110 kg de arroz por mês, 45 kg mensais de feijão, 100 dúzias mensais de ovos, 80 kg mensais de batata, 80 kg mensais de carne, 20 kg mensais de cenoura, 40 kg mensais de xuxu, dentre outros produtos. O cardápio servido em um dos dias em que visitamos a creche constou de: arroz, feijão, ovo, polenta e almôndegas.

Interação creche-famílias

Segundo a diretora, as mães participam do atendimento para “aprenderem a lidar com seu próprio filho”. Nas visitas pudemos detectar participação de duas mães em atividades de limpeza. Uma outra mãe circulava observando a professora e o grupo do maternal modelando massinha; aparentemente ela estava ali para olhar, não se ocupando de outra atividade, como a de ajudar na limpeza, mas também sem interagir com as crianças.

Alguns pais colaboram na organização da horta e do jardim. Eles trazem sementes, esterco, limpam, plantam. Foi dito pela diretora que os pais aparecem para trabalhar na horta na hora do almoço e terminam comendo na creche, num tom que dava a entender ser o almoço uma “forma de pagamento” que os pais esperavam da creche.

A creche realiza um trabalho assistencial junto às famílias. Segundo a diretora, a pobreza das famílias é

grande: as crianças estão mais famintas nas segundas-feiras, havendo maior gasto com alimentação pela creche (a explicação dada é que as crianças "passam fome" no fim de semana quando ficam em suas casas).

A entidade mantenedora distribui 2 kg de leite por mês para as famílias da creche e outras famílias da redondeza (o leite vem dos EUA). No ambulatório mantido pela entidade há distribuição quinzenal de gêneros alimentícios para as famílias mais necessitadas. Quando se estabiliza a situação econômica de uma família, esta deixa de receber os gêneros e outra família é encaixada em seu lugar.

A entidade está construindo um grande ambulatório no terreno ao lado (é terreno municipal cedido em comodato por 99 anos). A construção avança celeremente. Material que sobra da construção é doado para algumas famílias, selecionadas segundo suas dificuldades e seu empenho em solucioná-las.

É feita uma reunião mensal com os pais, com 80% de comparecimento. Conforme a supervisora da Secretaria, nestas reuniões são dadas orientações sobre pioho, ordem, limpeza, não parecendo haver priorização de temas ligados ao cuidado e educação dos filhos.

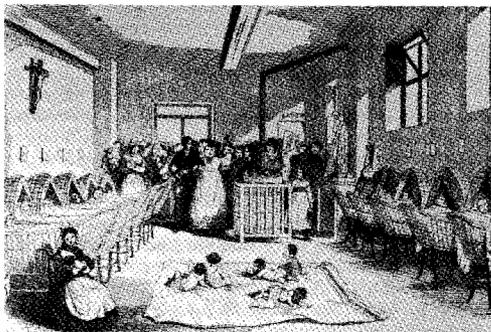
Conceito e função da creche

Segundo a diretora, a função da creche é "dar atendimento às crianças, dentro de sua faixa de idade, compreendendo cuidados de saúde, higiene, preparação desde o nascimento para a escola, orientação às famílias".

A diretora tem aproximadamente 60 anos, tem filhos casados e netas. Quando enviuvou, há 6 anos, procurou se ocupar de alguma atividade que lhe fosse interessante e então foi fazer estágio em creches, sendo voluntária na entidade mantenedora, passando depois a diretora da creche. É uma pessoa eficiente, um pouco severa, mas carinhosa com as crianças.

COMENTANDO OS DADOS SOBRE AS CRECHES

Cada creche, seguramente, tem sua atuação definida por um complexo de fatores que incluem desde as condições de espaço físico, até o número e tipo de funcionários de que dispõe, as atividades que implementa, os recursos materiais que utiliza. Destacar da estrutura e do funcionamento de cada uma das creches determinados aspectos para serem analisados criticamente, não de-



ve conduzir a uma atribuição de responsabilidade maior a este ou a aquele fator no trabalho efetivamente realizado junto às crianças.

Ainda assim, é possível contrapor posições das creches com relação a determinados pontos, como o conceito de creche, a proposta pedagógica defendida, e as possibilidades que a razão adulto-criança oferece para implantá-la, a forma de atendimento à demanda, as condições de trabalho das pajens, o atendimento na área de Saúde e Nutrição e a integração creche-famílias.

As posições das diretoras sobre o conceito de creche são diferentes e interessantes. Difícil é compará-las, pois experiências de vida, concepções de mundo e o trabalho nas creches, embasam as respostas das dirigentes.

Apenas a dirigente da creche direta insere explicitamente a creche numa problemática mais abrangente, não colocando o propósito mais comumente defendido da creche propiciar um atendimento enquanto a mãe trabalha. Ela parece admitir que é certo que as mães trabalham, mas as famílias não conseguem recursos nem para atender necessidades básicas como a de comer, com os recursos de seu trabalho, sendo a creche assim um local para matar a fome da criança. Conforme ela diz ter observado, a quantidade de comida ingerida pelas crianças nas segundas-feiras é bem maior que nos outros dias, o que leva a supor que a criança come insuficientemente nos fins de semana em casa. Paralelamente, ela propõe que se valorize a atuação educacional da creche junto às crianças.

A consideração mais ampla dos problemas das famílias de baixa renda garante-lhe uma visão mais crítica da relação creche-organização social. A idéia da creche como solução para os problemas da população de baixa renda é por ela contestada, desde que a creche atende a muito poucas crianças. Esta visão do problema não é, entretanto, acompanhada por uma atuação correspondente, pois esta continua sendo assistencial, já que a ação educativa que procura desenvolver acaba sendo precária.

Na linha de posições defendidas pela diretora da creche indireta, e que pode ser observada em toda a sua maneira de organizar o trabalho na instituição, a creche é um serviço de atendimento, adotando uma preocupação médico-nutricional, sem descurar, todavia, daquilo que denomina "preparo desde o nascimento para a escola", e da orientação das famílias.

Ela não faz referência a fatores que condicionam as condições de vida das famílias, que sabe serem precárias. Adotando uma visão que não contextualiza o problema da necessidade que as famílias têm das creches, a dirigente da creche indireta imprime, todavia, uma orientação a seus funcionários que garante o atendimento dos objetivos imediatos: garantir a guarda, o repouso, a alimentação, os cuidados de saúde e a estimulação sensorial às crianças.

A pajem-professora da creche particular conveniada que responde pela creche na ausência da responsável principal, de menor escolaridade, expressa objetivos bastante modestos para a creche. Esta é por ela concebida como uma forma de ajuda à família. Por extensão, e com reserva, a creche é vista como ajudando a criança. A percepção das carências que sofre a família provavelmente

te em base a colocação desta dirigente de que na creche (com todas as dificuldades que pudemos detectar nas visitas) a criança está melhor do que em casa, por ter melhor alimentação, melhor desenvolvimento. Para ela, o grande problema da criança é a falta de afeto e sua preocupação é de que na creche a criança receba carinho.

Um aspecto geral que emerge das análises feitas diz respeito à valorização, nas três creches, da área de saúde. A situação de pobreza das famílias, a dificuldade que elas têm para alimentar adequadamente os filhos, além da maior susceptibilidade da faixa etária para doenças, são aspectos que respondem por esta prioridade.

Nas creches direta e indireta, vacinação, programas de combate à desnutrição, tratamento de doenças de pele, distribuição de comprimidos de flúor e de vitamina são procedimentos freqüentes. Seguramente indicam uma função efetivamente realizada: garantir melhores condições de saúde. A creche conveniada não tem estrutura de atendimento médico às crianças. Atua principalmente no aspecto nutricional.

Examinaremos, a seguir, o que cada diretora expõe como sendo a proposta pedagógica de sua creche.

A concepção da diretoria da creche direta é que a creche, ao mesmo tempo, é um instrumento de assistência social voltado para necessidades básicas e um centro educativo. Em sua atuação concreta, o pessoal da creche parece ficar preso às atividades de cuidados físicos que são priorizados, enquanto que as questões pedagógicas ficam ao sabor da improvisação, ou seja, o ritmo da creche é dado pelas atividades de alimentação, higiene e descanso. O intervalo entre estas atividades (volumosas, cansativas, especialmente para os adultos) é preenchido por "atividades pedagógicas", em geral brinquedo livre no pátio.

Há grande inquietação, por parte desta diretora, quanto à programação pedagógica. Segundo ela, as diretoras das creches diretas da região reúnem-se semanalmente para elaborar tal programação. Elas pensam em adotar inovações como as de uma das creches diretas, cuja diretora elaborou uma proposta baseada em Freinet e suas "reservas de infância" e que parte da consideração da necessidade de condições especiais para o desenvolvimento do Homem, sem as quais ele entra em extinção. Daí a importância de se ter um ambiente "natural", rico de possibilidades de exploração, com muito material colocado à disposição da criança e onde adultos, que teriam uma competência natural para cuidar de crianças, se envolveriam em interações lúdicas com as mesmas. Outra experiência educativa que a diretora da creche direta diz ter interesse em conhecer é a de outra creche direta, onde apenas os berçários têm espaço pré-determinado, ficando os maiores agrupados, sem considerar rigidamente a faixa etária, em salas-ambientes, como por exemplo: sala da casinha, sala do papel, sala dos jogos.

A iniciativa das diretoras de creches diretas em elaborar uma programação para suas creches, sem obedecer uma orientação central, deve criar conflitos com a Supervisão da Secretaria que é encarregada de organizar, apresentar e discutir uma programação com o pessoal das creches, acompanhando o desenvolvimento da mesma junto às crianças. É certo que uma orientação central inexistia na época, sendo que as antigas propostas estavam há

muito sendo reelaboradas, sem que se produzissem resultados concretos. Também a um nível intermediário, as supervisoras enfrentavam muitos problemas de atuação, ficando restritas ao controle para que condições mínimas de trabalho educacional e de funcionamento organizacional fossem obedecidas. Igualmente, tendo as supervisoras que assistir creches diretas e conveniadas, ficavam envolvidas em diferentes formas de relação com as diretoras, com diferentes possibilidades de acolhimento e de boicote às suas orientações.

Há o lado positivo da iniciativa das diretoras. O problema é o conflito entre os "órgãos de ponta" (as creches) e os órgãos centrais, no qual estão presentes as questões da divisão de trabalho, do planejar e do executar, da autonomia de cada creche para tomar suas decisões.

A forma como a diretora da creche indireta descreve o trabalho junto às crianças revela maior segurança. O cuidado das crianças fica sendo uma questão de bom senso, de clima de segurança, com limites claros e com responsabilidades definidas. A questão pedagógica visa o aprendizado de comportamentos adequados, de certas atitudes, iniciativa, cooperação, além de incluir o desenvolvimento psicomotor e de linguagem. A orientação detalhada de estimulação às crianças que é dada às pajens visa garantir diversificação de atividades.

A creche conveniada tem uma proposta pouco pretenciosa, seu pessoal é menos competente tecnicamente e o trabalho com as crianças apoia-se basicamente nas características pessoais de cada funcionário. A capacidade da criança saber se cuidar sozinha é valorizada, com preocupação ainda com o desenvolvimento de uma programação educativa que prepare o aluno para a primeira série do primeiro grau, mesmo que não saibam realizar este preparo, predominando exercícios repetitivos de grafismo. Paralelamente, acontece uma perda da visão da criança como um todo, pertencente a uma classe social e necessitando dominar determinados instrumentos como a linguagem. A criança termina sendo vista apenas como alguém que precisa de afeto. Por outro lado, a maneira de prover esse afeto de forma individualizada a tantas crianças não é operacionalizada.

Um comentário sobre o que é proposto e o que é realizado nas três creches pode ser feito. A questão pedagógica é bastante defendida, mas mal conduzida. Há ausência de uma proposta oficial da Secretaria e a equipe de cada creche desenvolve diferentes tipos de trabalho. No conjunto das creches ligadas à Secretaria, algumas são melhor sucedidas no trabalho pedagógico, ou têm maior repercussão do que outras, pelo seu embasamento, pelos seus resultados, por características pessoais do seu coordenador, pelo seu ineditismo.

O que geralmente acontece é o pedagógico ser confundido com o modelo escolar tradicional: lições realizadas pelo conjunto das crianças ao redor de uma mesa em uma sala, consistindo basicamente de exercícios gráficos feitos de forma padronizada, repetitiva.

A grande discussão se um dos objetivos da creche é preparar para aprendizagem futuras, especialmente para a alfabetização, tem provocado radicalizações que expressam as más interpretações a respeito. Dizer que a criança de 7 anos, saída da creche ou da pré-escola deve estar preparada para apresentar um bom desempenho escolar

na 1ª série leva, muitas vezes, a que estas adotem o modelo da escola tradicional como forma de familiarizar a criança com a escola de 1º grau, naquilo que esta tem de mais rígrado. Daí são organizadas "atividades de sala de aula" para crianças de até 3 anos. Para os maiores, são propiciados cadernos de exercícios, principalmente para desenvolvimento de coordenação motora.

Tais atividades terminam se apoiando em certas concepções errôneas de desenvolvimento infantil, utilizando o treino como estratégia de aprendizado. Pouca atenção é dada à interação adulto-criança e criança-criança, como elemento básico para o desenvolvimento infantil, especialmente para as crianças menores de 4 anos.

Alguns estudos destacaram que a precária interação entre adultos e crianças pequenas pode prejudicar o desenvolvimento psicológico das mesmas (Ainsworth et al. 1978; Brohfenbrenner, 1979), enquanto que outros apontaram a importância das interações entre crianças. Dentre estes, Camaioni (1980) destaca que tais interações ajudam-nas a superar o egocentrismo e a tornarem o próprio comportamento contingente ao de seu parceiro. Para Nadel e Baudonnière (1981), as trocas sociais entre crianças pequenas aumentam consideravelmente quando se realizam imitações entre as crianças. Tais imitações constituiriam a forma preponderante de comunicação entre os 2 e 3 anos e podem ser favorecidas com a introdução de vários exemplares idênticos de objetos para as crianças utilizarem. Mesmo exemplares únicos de objetos constituem elementos facilitadores nesta faixa etária, utilizados pelas crianças nas brincadeiras e nos brincue-dos associativos do tipo "empilhar objetos" e "faz-de-conta" que devem ocorrer na creche.

A preocupação com o desenvolvimento afetivo e com a dimensão simbólica que envolve o faz-de-conta, tão importantes na idade, também não é destacada. A recreação é vista como forma de ocupar e distrair a criança. Contudo, a recreação, o jogo, envolvem trabalho, provocam concentração, criam estimulação intelectual.

O aprendizado pela exploração e interação com pessoas do meio fornece a base para sistematizações da experiência pela criança através da linguagem, primeiro a oral, depois a escrita. É esta linguagem formal que futuramente favorecerá a aquisição pela criança, na escola de 1º grau, do saber elaborado, fundamental para ela compreender a realidade social.

A ação educativa nas creches, entendida como ação promotora do desenvolvimento infantil, envolve então aspectos de estimulação e de interação. Não ocorre apenas em momentos especialmente planejados para tal, o horário das "atividades pedagógicas", mas inclui o que se passa nas trocas afetivas entre adultos e crianças e entre as crianças, presentes em todas as atividades da vida diária nas creches.

Alguns trabalhos têm chamado a atenção para o papel do adulto no desenvolvimento da linguagem verbal de crianças pequenas. De Lemos (1981) coloca que o diálogo, a relação dialógica entre adulto e criança, é a matriz onde se constituem, se modificam e se coordenam os objetos lingüísticos. Particularmente a especularidade, tal como realizada na imitação, funcionaria como um mediador inicial das experiências necessárias ao desenvolvimento da comunicação verbal. Apesar de bem funda-

mentada em dados com mães e crianças, esta perspectiva tem-se aberto recentemente a investigações com outras idades de adultos-crianças, como a idade pajem-criança, procurando investigar a ocorrência de relações dialógicas na creche.

Considerar a razão adulto-criança pode trazer dados acerca das condições existentes para que ocorra esta interação adulto-criança. Um grande número de crianças por adulto, segundo a revisão feita por Bronfenbrenner (1979), leva a uma baixa freqüência de interações entre as crianças e as pessoas que cuidam delas. O adulto termina gastando mais tempo em atividades de supervisão e controle e menos tempo em atividades de "ensino forma e informal", conforme apontado pelo nosso grupo (Ferreira et al., 1984). As crianças nesta situação tendem a exibir reações de stress ou a ficarem apáticas e passivas. Segundo Bronfenbrenner, as normas nos Estados Unidos relativas à razão adulto-criança são 1:5,3 para crianças de até um ano e meio e 1:7,8 para aquelas entre um ano e meio e 3 anos. Para as crianças acima desta idade, a razão encontrada nunca ultrapassou 1:8.

Os padrões propostos pela Secretaria em documentos sobre a programação de creches (COBES, 1981) propõe a razão adulto-criança apresentada no quadro 7.

QUADRO 7
Razão adulto-criança por idade (COBES, 1981)

Idade		Razão adulto-criança
zero a 7 meses	8 meses a 1 ano	1:6
1 ano 7 meses a 2 anos	6 meses a 4 anos	1:8
2 anos 7 meses a 4 anos	6 meses a 6 anos	1:10
4 anos 6 meses a 6 anos	11 meses	1:16
		1:20

Nas creches estudadas, a razão pajem-criança, encontrada está apresentada no quadro 8.

QUADRO 8
Razão adulto-criança nas 3 creches estudadas

Faixa Etária	até			jornada de trabalho da pajem
	18 meses	18 meses a 36 meses	acima de 36 meses	
Creche				
Direta	1:6	1:9	1:18	33 h
Indireta	1:6	1:8	1:14	40 h
Conveniada			1:17	40 h

O cálculo da razão considerou o número de matrículas e não a freqüência média ou a razão efetivamente observada. Caso o fizesse, a razão apontaria diminuição no número de crianças por adulto.

A discussão sobre a razão pajem-criança deve considerar variáveis importantes, como: a atividade realizada, o tamanho total do grupo, a flexibilidade da organização dispor de recursos humanos "volantes". Algumas situações podem auxiliar nesta discussão. Na creche direta, observou-se que apenas três crianças do berçário ha-



viam comparecido à creche. As duas pajens responsáveis pelo grupo ficavam ali, ao invés de uma delas ir ajudar outro grupo. No berçário maior, cerca de doze bebês de 12 meses a 20 meses engatinhavam e andavam pela sala, havendo duas pajens sentadas no chão entre eles, apenas observando-os, estabelecendo poucas interações com eles.

A mera existência de uma razão alta, poucas crianças por pajem, não é suficiente para atestar a qualidade do atendimento. Nas creches visitadas é freqüente observar um número excessivo de crianças num mesmo espaço físico, numa mesma atividade, ficando as pajens reunidas em um canto, conversando entre si. Mesmo quando o número de crianças e pajens presentes configura uma razão adequada, o que se nota é grande número de crianças não participando das brincadeiras, chorando ou apáticas, quando não olhando o que se passa com olhares assustados.

Outras vezes, tal como observamos na creche indireta, as pajens se distribuem pelo espaço físico e ficam cada uma delas perto de seu grupo, supervisionando o que fazem, sem contudo estimular a participação de todas as crianças na atividades e sem cuidar de favorecer a ocorrência de interações entre as crianças em pequenos grupos.

Bronfenbrenner (1979) destacou que crianças acima de 3 anos, mesmo quando há um adulto para 8 crianças, tendem a se envolver mais em atividades, a mostrarem maior interesse e participação, quando em grupos pequenos. Em grupos grandes, por exemplo com 16, 24, 32 crianças, o adulto interage mais com outros adultos, e fica apenas supervisionando as crianças, enquanto elas apresentam uma maior freqüência de apatia, não se envolvendo em atividades, mesmo que no conjunto haja uma razão adulto-criança considerada boa.

O básico seria a organização em um espaço físico determinado, de várias atividades, com diferentes materiais e com grupos de tamanhos diferentes, espontaneamente constituídos, para cada criança poder participar e interagir. Isto criaria um contexto rico para o desenvolvimento infantil.

Propostas para um bom atendimento devem considerar alguns outros pontos relativos ao quadro de pessoal. Tem sido feitas propostas que sofisticam a estrutura de atendimento, especialmente nas creches diretas, em termos de variedade de cargo e de número de funcionários, como os principais determinantes de um atendimento de qualidade.

Esta preocupação com a especificação de funções,

com a diferenciação dos papéis dos funcionários, e que vai sendo adotado em creches com outra estrutura, como a indireta, termina por fragmentar a ação educativa da creche levando à perda da visão do todo e a não captação da visão política do atendimento.

A comparação dos salários e das condições de contratação das pajens nas três creches indica diferentes condições de trabalho. Os funcionários da creche direta são os mais bem pagos. O salário-base das pajens nas creches indireta e conveniada era de Cr\$ 125.000 mensais, enquanto que a pajem da creche direta recebia Cr\$ 201.386 mensais na época da pesquisa⁴.

Ainda as pajens das creches diretas conseguiram, desde 1981, uma jornada de trabalho de 33 horas semanais, ao invés das 40 horas trabalhadas pelas pajens das outras creches⁵.

Quanto à forma de contratação, a diretora da creche direta pode, no máximo, indicar o nome do funcionário para contratação, feita em instância superior. Algumas vezes vem trabalhar na creche um funcionário pertencente à comunidade-bairro, selecionado por algum procedimento que tenta avaliar sua competência e indicado pela diretora; outras vezes funcionários são admitidos pela Administração Central por critérios clientelistas e, poucas vezes, por concursos públicos.

Já nas entidades privadas, a contratação pela C.L.T. leva a um menor número de reivindicações trabalhistas adicionais, tendo a diretora maior poder de controle sobre os funcionários, podendo contratá-los e demiti-los. Com isto diminuem atritos entre direção e funcionários. Fica como pergunta a possibilidade de também influir na relação direção-pajens a imagem da creche como centro de caridade, onde reivindicações por melhorias nas condições de trabalho podem ser vistas como aspectos negativos a serem evitados.

Os pontos levantados merecem urgente discussão, que deve fundamentar-se nas definições de uma nova proposta de trabalho nas creches.

A avaliação da estrutura física das creches possibilita verificar como ela se relaciona com a dinâmica do funcionamento da instituição, influenciando as atividades realizadas. As creches direta e indireta possuem planta física e equipamentos que lhe garantem uma certa funcionalidade, havendo entretanto alguns pontos frágeis quando se analisa o trabalho junto às crianças e o ambiente arquitetural destas creches.

⁴ Os dados apresentados são de novembro de 1984, quando o valor do salário mínimo passou para Cr\$ 166.560. O reajuste salarial para os funcionários dos três tipos de creche se dá em janeiro e julho.

⁵ No primeiro semestre de 1984 também o pessoal operacional (serventes, cozinheiros, lavadeiras, vigias) da creche direta, alegando desgaste físico decorrente da função pleiteou a redução da jornada de trabalho sem prejuízo dos vencimentos, argumentando ainda que não haveria necessidade de novas contratações, o que levava à sugestão de uma relativa ociosidade do quadro de funcionários operacionais já existente. Este movimento reivindicatório foi logo extinto, demonstrando uma faceta negativa do corporativismo existente entre parte do funcionalismo público.

Legendre (1983) tem chamado a atenção para o que denomina de ambiente arquitetural das creches, ou seja, as possibilidades para contatos e interações, garantidas pelo espaço físico: tamanho das salas e as interações existentes, a densidade de ocupação de uma área e seu efeito sobre o comportamento das crianças, a existência de divisórias baixas criando áreas semi-fechadas que favorecem o aumento da interação em sub-grupos ao redor de uma tarefa, etc.

A forma como o espaço físico está organizado nas creches visitadas procura facilitar o trabalho do adulto, especialmente no que tange prestar cuidado físico e tomar conta das crianças. O arranjo pode ser criticado, todavia, do ponto de vista das condições de desenvolvimento propiciadas às crianças. A disposição dos móveis, o arranjo das salas, não consideram as características de interação das faixas etárias atendidas na creche. Em geral, não há organização de "cantos" de atividades nas salas, onde pequeno número de crianças possam estar e interagir enquanto brincam, pulam, manipulam objetos. As salas são organizadas para atividades coletivas, envolvendo número muito grande de crianças da mesma idade, o que, conforme os estudos já relatados, leva a uma maior passividade, especialmente das crianças pequenas.

A disposição de móveis e cartazes pelas salas pode sugerir a presença de estímulos visuais, embora a mera existência dos mesmos não garanta sua funcionalidade. Eles devem ser avaliados quanto ao interesse que despertam, devem ser mudados de lugar de tempos em tempos e, especialmente, devem ser ativamente usados como um dos elementos ao redor dos quais pode se desenvolver a interação adulto-criança.

Outro ponto diz respeito ao custo do atendimento. Como apontou a Comissão Especial de Inquérito sobre Creches, é difícil o exame do custo dos três tipos de creches, inexistindo uma avaliação precisa e rigorosa do mesmo, desde que as metodologias para cálculo são imprecisas e heterogêneas quanto aos itens que avaliam. Dentre outros pontos, é difícil computar os gastos com a Administração Central (que supervisiona as três redes de creches) e estabelecer comparações entre creches que apenas atendem crianças maiores e as que atendem (exclusivamente ou não) as menores de 2 anos, cujo custo de atendimento é mais alto. Além disso, as creches indiretas e filantrópicas contam, muitas vezes, com o auxílio de doações em dinheiro e espécie, e com fundos levantados a partir de promoções, todos de difícil controle e contabilização.

O *per capita* em novembro de 1984 era de Cr\$ 131.995 (cerca de 70%) para 100% das crianças da creche conveniada e da indireta, sendo que esta última ainda utilizava o prédio municipal livre de despesas de aluguel. Estimativas apontam que os gastos na creche direta são ainda maiores, colaborando para eles a estrutura de pessoal, a despesa com alimentação dos adultos, etc.

Consideraremos a seguir a relação creche-família. Uma primeira maneira de se examinar esta relação pode ser feita através do exame da forma de ingresso da criança na creche. A grande demanda por vagas na região cria extensas listas de espera com problemas para a família. Esta não tem, portanto, previsão se terá a vaga, e quando a terá. A demanda cria ainda pressão sobre a di-

retora, que assume o processo seletivo e escolhe as crianças cujas famílias apresentam situação de maior dificuldade ou, como disse a diretora da creche direta, escolhe "*os mais miseráveis dentre os miseráveis*". O critério da mãe trabalhar fora é utilizado, mas o elemento que parece pesar mais na decisão é o de baixa renda familiar.

Algumas outras creches delegam ao grupo de mães que pleiteiam a vaga a tarefa de selecionar os que devem merecê-las. Isto deve gerar dificuldades variadas, pressões entre as famílias. Esta forma de seleção de crianças para ingresso não ocorre nas creches visitadas, sendo difícil pois avaliá-la.

Pela própria dinâmica do problema do atendimento à criança em creche, a necessidade da vaga é "para já". Adiar o ingresso não dá elementos para a família planejar sua vida. Ou a família descobriu, no período de espera, outra solução para a guarda da criança, ou a mãe desistiu de trabalhar.

Também pode ser discutido a relação da creche com as famílias das crianças já matriculadas. Nas creches estudadas, a perspectiva de trabalho com as famílias é paternalista. A visão das diretoras acerca das famílias cujos filhos estão nas creches é extremamente complexa. As famílias são vistas em geral como um elemento frágil, vítimas das condições de miséria e de ignorância.

A diretora da creche direta, com maior experiência com creches conveniadas mantidas por entidades religiosas, e com grupos da Igreja Católica que desenvolvem trabalho social nas periferias da cidade, e ainda com maior prática com o trato político da questão da creche como direito da população e inserida em um todo social mais abrangente, demonstra grande ambigüidade em sua proposta de relação com as famílias. Embora se recuse a adotar uma postura assistencialista, não percebe como muitas vezes assume decisões pelas famílias, não tendo planos claros para um trabalho de integração mais dinâmico, apenas acompanhando o trabalho precário ("*por motivos de ordem pessoal*") com as famílias, realizado pela assistente social da creche.

A diretora da creche indireta, com sua forma mais clara de estabelecer limites e de se relacionar com as pessoas em termos de exigências de trabalho, mostra responder às carências das famílias de outra forma: encaminha-as para receberem donativos da entidade mantenedora, ao mesmo tempo que reforça as famílias que lutam para conseguir melhorar sua situação de vida pela construção de um novo barraco ou casa, arrumando emprego ou trabalhos esporádicos para os pais. Com isto ela reforça valores de obediência e esforço individual.

A funcionária da creche conveniada, que responde pela diretora, demonstrou dificuldade em descrever a população de pais; suas características, necessidades, e o trabalho feito com eles. A única informação prestada foi que os pais ajudam nas festas da creche. Pode ser pensado que sua origem social mais simples não a fizesse ter o mesmo distanciamento para ver a população de pais que as diretoras das outras creches. Ela apenas uma vez se referiu particularmente a um dado sobre a família, quando apontou que um determinado menino necessitava de todo o carinho por ser filho de mãe solteira que o rejeitava.

Para discutirmos a relação família-creche e a participação dos pais no trabalho nela desenvolvido, consideraremos que a perspectiva de aumento da participação de indivíduos nas instituições sociais que lhes prestam algum tipo de serviço, especialmente nas instituições públicas, tem sido defendida nos últimos anos, como reação ao alheamento a que a população foi submetida no trato das grandes questões sociais. Esta perspectiva, embora tenha sido responsável pela modificação de importantes aspectos na relação instituição-comunidade, tem sido contudo prejudicada pelas conflitantes maneiras como esta participação é percebida.

Quando se propõe a modificação da relação creche-família verticalista, autoritária, impositiva de valores, normatizadora, observa-se que muitas vezes é defendido por alguns técnicos um modelo oposto de relação, permissivista, outorgando às famílias a gerência total da creche, atuando os funcionários desta como meros executores.

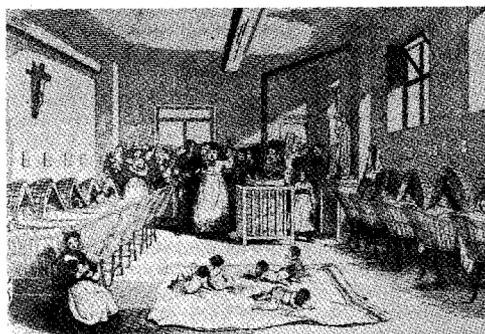
Pode-se considerar que, em determinadas situações, com um pequeno número de famílias (possivelmente até cinco) que atuam como usuárias e como funcionárias, a gerência da creche pelas famílias cria boas soluções, em se considerando o interesse delas em que o trabalho tenha bons resultados. Se tal experiência reúne adultos com habilidades para brincar com crianças, conversar com elas, enfim, para estimulá-las a pensar, a se expressar, esta experiência teria condições de ser bem sucedida. Uma experiência assim, que dificilmente é encontrada nas práticas das famílias de baixa renda, sendo mais freqüente na classe média, tem, por outro lado, um certo período da vivência. Coincide basicamente com o fato das famílias terem crianças naquela faixa etária. Após o crescimento de seus filhos, pode acontecer que apenas um ou outro adulto permaneça na creche ajudando e socializando o aprendizado de um grupo de pais para outro, no que se refere ao cuidado de seus filhos através da educação coletiva dos mesmos. Ocorre daí a perda do caráter comunitário original. Além disso, a creche comunitária para a população de baixa renda sofre restrições ligadas à dificuldade de se contar com recursos e pessoal capacitado para geri-la.

Outro caso é o das famílias que não assumem diretamente o trabalho nas creches, mas dispõem de maior grau de mobilização, organização e conhecimento da questão do atendimento à criança e que atuam como interlocutores constantes junto ao pessoal das creches. Esta atuação, todavia, nem sempre é vista pelas famílias e pelo pessoal das creches como um canal de dupla mão: ou seja, as famílias trazendo sua realidade, suas necessidades para o pessoal da creche, que as reelabora, e lhes devolve sob forma de atuação, ou de explicações sobre porque não se atua em um determinado momento, sendo a ação da creche, por sua vez, também percebida e reelaborada pelas famílias. Perdendo o caráter de reciprocidade, especificidade e complementação, terminam prevalecendo relações de poder da família sobre a creche ou como é mais comum, da creche sobre a família.

A ação conjunta é importante porque não pode a creche ignorar o contexto familiar de desenvolvimento da criança, nem podem as famílias tentar impor à creche diferentes concepções de cuidado infantil, especialmente

pelo envolvimento em sua própria dinâmica familiar, que lhes dificulta terem um distanciamento para avançar na proposição de metas e atividades não apenas para seus filhos.

A relação creche-família não se configura assim como uma relação horizontalista, com perda de papéis e que supostamente se apoia em consenso. Antes, ela é uma relação diferenciada, que tem que buscar ser complementar, reconhecendo as diferenças e avançando no sentido de troca de perspectivas. É um mútuo aprendizado dos que educam a criança.



SINTETIZANDO ALGUNS PONTOS

A formulação de uma proposta para a creche que garanta o desenvolvimento das crianças nela matriculada, deve partir de uma adequada concepção do que seria uma creche.

Tradicionalmente, ela tem sido vista como um substitutivo da família, como instituição que garante que, na ausência da mãe, a criança será cuidada. Além desta visão corresponder a um modelo cultural tradicionalmente encontrado, o da família nuclear, ela parte de pressupostos teóricos da Psicologia que ressaltam a fundamental importância para a criança pequena, da presença de um adulto sensível que interaja com ela (Bowlby, 1969).

A organização de uma instituição para atendimento de um conjunto de crianças pequenas, segundo este preceito, exige uma razão adulto-criança extremamente alta, o que onera o custo do atendimento. Ainda, tem sido apontado através de pesquisas (Campòs et al., 1984) que as pajens experimentam fortes e contraditórios sentimentos diante da idéia que entendem ser a de substituir a mãe das crianças, o que prejudica o trabalho junto a estas.

Outra concepção defende ser a creche um ambiente de socialização diferente do familiar. Nela se dá o cuidado coletivo de crianças, devendo ser favorecidas especialmente as interações entre elas. Esta posição apoia-se em investigações que indicam serem as interações entre crianças de mesma idade favorecedoras da socialização das mesmas (Lewis et al. 1975; Nadel e Baudonnière, 1981; Camaioni, 1980; Ferreira et al., 1984).

Entendemos que a creche é um contexto de desenvolvimento da criança complementar a outros contextos em que ela vive, especialmente o familiar. Para garantir

o desenvolvimento infantil, o adulto deve ter sensibilidade para perceber e responder às crianças e cuidar de preparar o ambiente da creche para favorecer a ocorrência de interações e de exploração do meio pela criança.

O atendimento não pode descuidar da prestação de cuidados físicos: alimentares, higiênicos e de preservação da segurança. Contudo, a ação da creche não pode limitar-se a estes pontos, sendo alguns aspectos ainda básicos: o desenvolvimento físico e da coordenação motora, o desenvolvimento sensorial com aumento das habilidades de discriminação, o desenvolvimento cognitivo, da função simbólica e da linguagem.

Para atender estes objetivos, vários pontos devem ser melhor investigados para subsidiar a organização do trabalho nas creches: o espaço físico, a forma de organização do trabalho dos adultos, os critérios de seleção de pajes, os programas de treinamento profissional, as atividades propostas para as crianças, a relação creche-família.

Há ainda oportunidade para discussão de vários pontos fundamentais que afloram no debate sobre a creche.

Rosemberg (1984) levanta a questão se deve a creche continuar sendo um equipamento social substituto, colaborando com as mães que trabalham, ou deve ela expandir-se e modificar-se para ser uma proposta educacional alternativa para crianças pequenas, um local específico com valor próprio, capaz de modificar a relação pais-filhos em nossa sociedade. Segundo a autora, como a reivindicação por creche tem se justificado principalmente pela necessidade de atendimento aos filhos pequenos da mulher trabalhadora, ela acaba sendo vista como instituição provisória de emergência ou de substituição, restritas a uma parte das famílias. Isto reforçaria a má fama da creche e a posição secundária que ela tem ocupado nos planos governamentais, com recursos insuficientes, dificuldades de previsão da expansão das vagas e na criação de serviços indispensáveis como os cursos de formação de profissionais para nelas trabalharem. Mesmo o Movimento de Luta por Creches, apesar das conquistas conseguidas, não foi suficiente para que a creche deixasse de ser uma instituição provisória destinada apenas a algumas mães.

Estudando movimentos sociais de diferentes países no decorrer deste século, quando se dá a intensificação do trabalho industrial, aumento de migração campocidade, acentuada urbanização, pode ser apontado o uso político que tem sido feito da questão de qual seria o atendimento ideal para crianças de pouca idade. Seria aquele propiciado pela própria mãe, que daí não poderia exercer trabalho remunerado fora de casa, não podendo portanto competir com os homens em períodos de pouca oportunidade de trabalho? Seria possível, por outro lado, pensar na criação coletiva de crianças em instituições especializadas, como alternativa válida à educação estritamente familiar, tal como tem sido proposto e implementado em Israel, na Itália, na França, na China?

Uma maneira de encaminhar a questão é percebendo que é a forma como se processa o trabalho em geral e o trabalho feminino em particular, que dificulta o atendimento do bebê por sua mãe. Em várias sociedades de organização social mais simples, as mães e outras mulhe-

res e adolescentes cuidam de filhos pequenos e provêm ainda, junto com outros membros da família, recursos para a sobrevivência de todos.

A questão torna-se crucial quando trabalho e lar se dão em locais distintos, separando-se a área do público e do privado e quando se intensificam no trabalho os princípios de racionalidade, produtividade e eficiência. Tais princípios colocam a mãe trabalhadora em rotinas rígidas, impossibilitando-lhes atender seus filhos menores, especialmente os bebês em períodos de amamentação, em horários e locais apropriados e próximos da situação de trabalho.

A aproximação do mundo do trabalho e da reprodução da força de trabalho levaria à criação de formas alternativas e de boa qualidade para atendimento dos filhos, enquanto as mães trabalham fora, e ao repensar o mundo do trabalho, favorecendo condições menos desgastantes e insalubres para o trabalho, com possibilidade de organização de horários de trabalho que facilitassem a aproximação da mãe e mesmo do pai, trabalhadores, com seu filho pequeno.

Este estudo privilegiou o exame das atividades gerais da creche, das concepções dos adultos sobre o trabalho nela realizado, procurando recuperar a instituição no contexto histórico do atendimento às crianças filhas de mães de baixa renda. Ele está sendo acompanhado de outros estudos, ainda em andamento, que investigam o comportamento das crianças na creche, pesquisando a interação adulto-criança e, particularmente, as trocas sociais que ocorrem entre as crianças.

Espera-se assim contribuir para aperfeiçoar a ação da creche como agência onde as crianças vivem, convivem, exploram e crescem, adquirindo elementos para participar numa sociedade complexa e que pode ser mais justa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AINSWORTH, M.D.S. et al. *Patterns of attachment*. New Jersey, Lawrence Erlbaum Ass., 1978.
- BOWLBY, J. *Attachment and Loss II: attachment*. London, Hogarth Press, 1969.
- BRONFENBRENNER, U. *The ecology of human development: experiments by nature and design*. Cambridge Mass, Harvard University Press, 1979.
- BRUNO, E.S. *História e tradições da cidade de São Paulo*. HUCITEC/SMC, 1984.
- CAMAIONI, L. *L'interazione tra bambini*. Roma, Armando Armando, 1980.
- CAMPOS, M.M. et al. A creche e a pré-escola. São Paulo. *Cadernos de Pesquisa*, (39): 35-42, nov. 1981.
- CAMPOS, M.M. et al. Profissionais de creche. *Cadernos CEDES*, (9): 39-66, 1984.
- DE LEMOS, C.T.G. Interactional process and the child's construction of language. In: DEUSTSCH, W. org. *The child's construction of language*. London, Academic Press, 1981.
- FERREIRA, M.C.R. et al. Nutritional status, patterns of daycare and behavioral development in a Brazilian under privileged population. In: NUTRITION in health and disease and international development. New York, Alan R. Liss, 1981.
- _____. Quality of care for disadvantaged children: a Brazilian case study. *Resources in Education (RIE) PS* 014393. 1984.

- GOMES, A.M.C. *Empresariado e legislação social na Década de 30*; Revol. de 30: Seminário Internacional. Brasília, UnB, 1982.
- IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil - 1983*. Rio de Janeiro, FIBGE, 1984.
- _____. *Recenseamento Geral de 1980*. Rio de Janeiro, FIBGE, 1982.
- _____. *Perfil Estatístico de crianças e mães no Brasil*. Rio de Janeiro, FIBGE/UNICEF, 1979.
- LEGENDRE, A. Appropriation par les enfants de l'environnement architectural, ses modalités et ses effets sur les activités dans les grandes sections de crèches. *Enfance* (3): 389-95, 1983.
- LEWIS, M. et al. The beginning of friendship. In: LEWIS M. & ROSEMBLUM, L. eds. *Friendship and peer relations*. New York, John Wiley & Sons, 1975.
- NADEL, J. & BAUDEONIÈRE, P.M. Imitação, modo preponderante de intercâmbio entre pares durante o terceiro ano de vida. *Cadernos de Pesquisa*, (39): 26-31, nov. 1981.
- O'CONNOR, N. The evidence for the permanently disturbing effects of mother-child separation. *Acta Psychologica*, 12: 174-91, 1956.
- PICOLO, T.A.F. *O discurso e a realidade do atendimento de crianças em creches*, UFSCAR, 1983. Dissertação de Mestrado em Educação.
- PINHEIRO, P.S. & HALL, M. A classe operária no Brasil (1889-1930): condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- POGGIO, S.Z. A mulher na força de trabalho. *Rev. Bras. Estatística*, 41 (163): 279-434. jul./set.1980.
- RAMESY, C.T. et al. Group daycare and socially disadvantaged families: effects on the child and the family. In: KILMER, S. ed. *Andrances in early education and daycare*. Jai Press, 1981.
- RICHARDS, M.P.M. *Mother-infant interaction and its social context: some comments*; Proceedings; the origins of human social relations. Londres e New York, Academic Press, 1971.
- ROSEMBERG, F. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. *Cadernos de Pesquisa*, (51): 73-79, nov. 1984.
- RUBIANO, M.B. & FERREIRA, M.C.R. *Avaliação longitudinal do desenvolvimento psicológico de crianças de creches*. 1985. p. 119. Comunicação à XV R.A. da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto.
- _____. *A creche favorece ou prejudica o desenvolvimento psicológico da criança pobre?* 1985a. p. 117. Programa e Resumos da XV R.A. da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto.
- _____. *O desenvolvimento da criança de creche em teste de prontidão para a alfabetização*. 1985c. p. 118. Programa e Resumos da XV R.A. da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto.
- RUTTER, M. Maternal deprivation 1972-1978: new findings, new concepts, new approaches. *Child Development*, 50: 283-305, 1979.
- _____. *Maternal deprivation reassessed*. London, Penguin Books, 1972.
- SÃO PAULO (cidade). Coordenadoria do Bem-Estar Social. *Creche: programação básica*. 3 ed. 1981.
- SÃO PAULO (cidade) Câmara. *Comissão Especial de Inquérito sobre creches no Município de São Paulo*: relatório final. 1984.
- SÃO PAULO (cidade). Secretaria do Bem-Estar Social. *Projeto Centros Infantis*. Programação Sócio-Educativa, 1972.
- _____. *Proposta para reprogramação da atividade Assistência à Infância*. 1976.
- SÃO PAULO (cidade). Secretaria da Família e Bem-Estar Social. *Atendimento em creches* (relatório). 1984a.
- _____. *Relatório sobre creches*. 1983.
- SÃO PAULO (cidade). Secretaria de Educação, Departamento de Planejamento e Orientação. *Dados de Matrícula* (final). 1984b.
- SÃO PAULO (cidade). Secretaria de Planejamento. *Distribuição da demanda e oferta de creches por Administração Regional*. 1984c.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria dos Negócios Metropolitanos. EMPLASA. *Reconstituição da memória estatística da Grande São Paulo*. São Paulo, 1983a.
- _____. *Sumário de Dados da Grande São Paulo*. São Paulo, 1983b.
- SCHEIBE, L. et al. Educação compensatória ou compensação educativa? In: MELLO, G.N. org. *Educação nova, tecnicismo e educação compensatória*. São Paulo, Loyola, 1984.
- YARROW, L.J. Maternal deprivation: toward an empirical and conceptual re-evaluation. *Psychological Bulletin*, 58: 459-90, 1961.

